



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 018

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE MARÇO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

018ª SESSÃO ORDINÁRIA	02
Lista de presenças.....	02
Expediente.....	03
Requerimentos	03
Horário do Pequeno Expediente	03
Dep. André Vargas	03
Dep. José Domingos Scarpellini	04
Dep. Barbosa Neto	06
Dep. Elio Rusch	00
Dep. Tadeu Veneri.....	06
Dep. Elza Correia.....	07
Dep. Artagão Júnior	09
Horário do Grande Expediente.....	10
Dr. Luiz Henrique Bonaterra	10
Interpelações	19
Dep. Nereu Moura	19
Dep. Neivo Beraldin	22
Dep. Luiz Carlos Martins.....	26
Dep. Marcos Isfer	25
Dep. Luiz Carlos Martins.....	26
Dep. Durval Amaral.....	29
Dep. Natálio Stica	33
Dep. José Domingos Scarpellini	36
Ordem do Dia	39
Leitura do Expediente	39
Requerimentos	39
Ordem do dia da próxima Sessão	40

018ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2005

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariada pelos Srs. Deputados Padre Paulo Campos Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühler, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Carlos Simões, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi, Nelson Justus e Rafael Greca (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Requerimentos*****REQUERIMENTO Nº 584**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com base no artigo 81 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a prorrogação da presente Sessão Ordinária por mais 01 (uma) hora.

Sala das Sessões, em 29.03.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 569

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que fique registrada a alteração do nome civil deste Parlamentar, de Paulo Campos para Paulo Valêncio Campos.

Outrossim, comunica que não haverá alteração no nome parlamentar, que continuará sendo Padre Paulo Campos.

Sala das Sessões, em 29.03.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 572

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, prorrogação por mais uma hora do prazo previsto no parágrafo 1º do artigo 99 do Regimento Interno, para que o Procurador do Estado convocado para prestar esclarecimentos nesta Casa, possa concluir sua exposição.

Sala das Sessões, em 29.03.2005.

(a) DURVAL AMARAL

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje venho ao plenário, tendo tomado conhecimento de um assunto relevante do ponto de vista regional e, naturalmente, aqui na Assembleia, acabamos transitando entre temas da política nacional, temas estaduais, de interesse do Estado, de todo o conjunto da sociedade paranaense, mas também temas regionais. E tomei a liberdade, Deputado Barbosa Neto e Deputada Elza Correia, de solicitar as transcrições daquilo que foi dito ontem da duplicação da rodovia Carlos Strass. Até porque, não poderia deixar de falar sobre um tema que por mais regional que seja, é fundamental para a cidade de Londrina. Poucos conhecem, mas na região dos Cinco Conjuntos, na região Norte da minha cidade, moram em torno de sessenta mil habitantes e é a única região da cidade que não tem uma rodovia duplicada. Lá está inserida uma PR, que é a saída de Londrina para o Estado de São Paulo, via Assis-Marília.

Portanto, a reivindicação da duplicação dessa rodovia - e nem poderia deixar de sê-lo - não é de um ou dois Deputados, mas é de cinquenta mil habitantes, setores da cidade londrinense que assim o querem. E, lendo as transcrições, observei que a Deputada Elza Correia diz que a obra, estadual, está paralisada, porque o Município precisa desapropriar áreas. É o mesmo que nós disséssemos que uma BR está paralisada porque o Governo do Estado não desapropriou áreas; é o mesmo que disséssemos que o serviço municipal está paralisado porque o Governo do Estado não tomou as providências. Não é correto dizer assim!

De fato, o DER mandou uma carta à Prefeitura de Londrina, solicitando a desapropriação, e ela respondeu que essa desapropriação seria muito mais cara do que a própria obra e que não compete ao Município fazer desapropriações e doar uma área ao Estado. Se a área já fosse municipalizada, naturalmente o Município tomaria conta.

Portanto, se há eventuais atrasos, obstáculos em qualquer obra estadual, o correto é dizer obra e não é papel de Deputado ficar dizendo aqui ou acolá, ser despachante, seja do Governo ou de um interesse corporativo, mas defender os interesses da coletividade e quem assim o faz, deve se orgulhar em fazê-lo. Muitos de nós já o fizemos, estando ou não no Parlamento, estando ou não na Situação ou na Oposição.

Aliás, tem gente que na Oposição se sentia muito mais à vontade e que na Situação tem que defender medidas amargas, medidas duras, obstáculos de caixa. Hoje mesmo na Comissão de Constituição e Justiça votávamos um projeto que destinava recursos do DETRAN, da ordem de 150 milhões para pavimentação asfáltica e construção de estradas. É importante também que lá estivesse elencada a Rodovia Carlos Strass. É importante - e até assumo aqui que farei uma emenda no sentido de destinar os recursos inclusive da desapropriação para que, repassando o recurso do DETRAN para o caixa geral do Governo, nós possamos, sim, ter a provisão de recursos.

Fizemos emendas parlamentares aqui, coletivas inclusive, para garantir que este recurso exista porque é fundamental dizer que cada ente federativo, garantida, é claro a co-participação, a solidariedade, há que cumprir com as suas tarefas.

Com relação ao Governo Federal e é bom dizer que não se fala aqui que o Governo do Estado não deu nenhuma atenção a Londrina e região Norte, mas com relação à pavimentação asfáltica fez...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Poderia usar aqui o Horário da Liderança do PT?
(Assentimento)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, se me permite é um comunicado importante. Pede-me o Procurador Dr. Luiz Henrique Bonaterra que avise a V. Exa. e ao Plenário que ele já se encontra na Assembléia Legislativa apenas e tão somente aguardando na sala da Presidência porque o Presidente Hermas Brandão o pediu, até a sua chegada aqui na Casa, mas ele, preocupado em cumprir o que estava estabelecido, de comparecer hoje, me pede que comunique ao Plenário que já está na Casa e daqui a pouco deverá estar na Sessão.

Peço perdão a V. Exa. por ter que comunicar este fato e ter interrompido a falação de V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Para concluir e anteciparmos inclusive a fala do Bonaterra com relação aos recursos federais, houve, sim, empréstimos importantes que serão ressarcidos pelo povo londrinense ao Paraná Urbano, Paranacidade, mas estamos em construção de quatro viadutos importantes nas PR's que transpõem Londrina.

Isso é histórico, de fato, há previsão de seis viadutos lá na região de Toledo, mas o Governo Federal vai fazer a sua parte, já está fazendo inclusive várias licitações de viadutos na região da PUC, Pontifícia Universidade Católica, numa região das PR's.

Volto a dizer, dificuldade de caixa, dificuldade de implementação de projeto, nós entendemos perfeitamente. O que não se pode é jogar a responsabilidade para quem não a tem. Falei com o Prefeito agora mesmo; nunca houve nenhum entendimento em que ele teria que desapropriar áreas. Se alguém falou isso foi informado via ofício e foi respondido via ofício, que nós não faremos porque não é atribuição da Prefeitura de Londrina para que se duplique uma BR, uma PR doar áreas, as estradas municipais naturalmente competem à Prefeitura.

Era isso, Sr. Presidente, não poderia deixar passar em branco. Apenas de forma muito respeitosa dizer, restabelecendo a verdade daquilo que é adequado, daquilo

que é correto, para que não paire sobre outrem as responsabilidades que competem ao Governo. Tenho certeza, convicção que o Governador que assumiu o compromisso perante a comunidade vai executar esta obra, como vai executar tantas quanto tem se comprometido.

Com relação a esta, tenho certeza de que quando sair, a vitória não será do Deputado A, B ou C; será do povo de Londrina, da região que luta há muito tempo e que vidas já foram sacrificadas e certamente poderemos comemorar juntos a duplicação desta rodovia.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Estamos voltando hoje para falar sobre as rodovias pedagiadas do Paraná.

Ou baixa ou acaba o pedágio. Foi o discurso que elegeu o Governador Roberto Requião pela segunda vez ao Palácio Iguaçu.

“Nós temos a solução, Álvaro...” disse o Governador no debate de televisão. E era um blefe. Não tinha solução nenhuma.

Pelo contrário. Tinha uma fórmula milagrosa para aumentar o preço do pedágio, e vemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o pedágio das praias é um dos mais caros do Brasil, 9 reais e 80 centavos, e vejo as pessoas desestimuladas, tristes, os militantes do PMDB estão capengas porque não vêem uma solução para o pedágio. E olhamos para os olhares dos militantes e percebemos que eles estão cansados com essa história que todos já conhecem o seu final; não vai dar em nada. O pedágio subiu mais do que subiria em qualquer outro Governo, porque a briga não se sabe se é realmente uma briga de verdade ou uma briga de mentira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, lá na nossa região, a concessionária que explora o pedágio no trecho Apucarana - Arapongas, nem placa de sinalização alertando a velocidade máxima eles colocaram na rodovia. Temos um trecho com neblina entre Apucarana, mais propriamente no Distrito de Aricanduva, que até as placas que tinham antes do pedágio alertando o motorista sobre o perigo da neblina permanente e constante agora desapareceram. Fizeram, sim, uma duplicação que é conhecida como: “Duplicação da Morte”, porque toda semana tem gente morrendo, atropelamentos constantes, e solução para as rodovias, bem poucas. E agora vemos o Governador fazendo o milagre da multiplicação dos pedágios, alegando que é o pedágio de manutenção. Como já disse aqui: pedágio é pedágio, Governador Requião! Gato que

nasce no forno não é pão e nem biscoito; é gato! E pedágio é pedágio, sendo ele de manutenção, ou de construção, ou de melhorias na rodovia, é pedágio! Ele pega o bolso do nosso produtor e do nosso trabalhador do Paraná, Sr. Governador Roberto Requião e Srs. Deputados.

Gostaria de estar, aqui, nesta hora juntos e conclarmarmos o povo para irmos à rua saldar o Governador Roberto Requião por ter acabado ou baixado o preço do pedágio. Nenhuma das duas coisas aconteceu. Mas vejo, sim, ali no Palácio Iguaçu, uma faixa muito grande lá pendurada dizendo que: “oitocentos milhões de reais serão gastos para a recuperação de quatro mil quilômetros de estradas do Paraná”. Essa faixa me parece aquele de que: “Nós já conseguimos quinhentos mil empregos no Paraná”. As faixas são irmãs gêmeas, estão no mesmo lugar. Ali estava a faixa dos quinhentos mil empregos, que ninguém viu ninguém vai ver e, agora está a faixa dos quatro mil quilômetros.

Sr. Presidente, eu vou usar o Horário do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

PSB. V. Exa. tem mais cinco minutos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

E três segundos.

Muito bem, as faixas são colocadas, criadas pelo grande gables de Requião. Seu Secretário Pessuti, que coloca as faixas e entrega para os beneditos de plantão, o tema do discurso a ser feito. Lá vem as frases de efeito tipo essa do “Top Avestruz” do Onaireves, é o Severiano ao contrário dizendo: “Olha, você invista, que você vai ter uma grande participação na produção, alcançando até 60% de lucratividade ao ano”.

Deputado Anibelli, vejo com tristeza as coisas acontecendo no Governo do Estado.

Vejo que na saúde pública a vontade do Sr. Secretário Cláudio Xavier é servir àqueles que vão lhe dar o apoio e o mandato de Deputado Federal, se o povo do Paraná assim o consentir. E se espalha uma rede de favoritismo que vai do Norte ao Sul, de Leste a Oeste, que vai de Paranaguá a Guaíra, fazendo a proliferação dessa que é uma rede de troca de favores políticos, em troca de favores administrativos do Governo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Os Deputados Ademir Bier, Reni Pereira, os Deputados da região do entorno do Lago de Itaipu, juntamente conosco, estaremos com a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Defesa do Consumidor, na cidade de Guaíra para tentarmos encurtar a distância entre os desapropriados do Parque Nacional de Ilha Grande, com o IBAMA, com o Governo Federal.

Os desapropriados estão na sua maioria passando fome, na periferia, nas favelas, das cidades do entorno do Parque Nacional do Lago de Itaipu, porque foram desapropriados e desalojados do parque, e o Governo Federal, que havia se comprometido em pagar, não pagou e dei-

xou dezenas de famílias, sem ter onde morar, sem ter o que comer e sem ter o que fazer.

Nós vamos com a Comissão, lá, para diminuirmos a distância entre o IBAMA, o Governo Federal e os desalojados do Parque Nacional de Ilha Grande, porque a vontade hoje dos desapropriados que caíram no conto do vigário, que não receberam as suas devidas desapropriações, era bloquear a Ponte de Guaíra, para chamar a atenção do Governo do Estado. Estamos desestimulando essa idéia, porque acreditamos na possibilidade de um acordo urgente, urgentíssimo, entre as partes, para podermos levar a essas famílias que estão lá se desagregando nas favelas sem ter o que fazer, o que comer e onde morar, e receber do Governo Federal e do IBAMA, com certa urgência...

O Sr. Ademir Bier (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Eu gostaria de cumprimentar V. Exa. no sentido de dar o apoio através da Comissão dos Direitos Humanos no sentido de comparecer lá numa audiência pública, ter a participação da Casa, porque na verdade os que foram desalojados, estão desamparados, e hoje à mercê do pessoal que ajuda, até na própria alimentação. Como é um aspecto que é federal, não diz respeito ao Estado do Paraná, porque é o IBAMA o grande responsável pela indenização, no entanto a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Direitos Humanos tem a condição de participar, e como disse V. Exa., de estreitar esse relacionamento com o Governo Federal.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu agradeço o aparte do Deputado Ademir Bier. Nós vamos estar lá em Guaíra na sexta-feira às dez horas da manhã. Nós vamos procurar conversar com os desalojados, com as pessoas que eram produtoras e hoje não tem um palmo de terra sequer para cair morto. Nós vamos lá, vamos conversar. O PT precisa também se fazer presente.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Eu quero dizer a V. Exa. que nós estamos acompanhando atentamente, a Deputada Luciana, outros Deputados do PT e alguns do PMDB. Também com relação aos ilhados, é uma herança antiga do Governo anterior, tem toda a preocupação do Governo Federal dar-lhes uma solução. Estão fazendo um esforço grandioso para dar solução. Tivemos recentemente uma reunião com o IBAMA e todos os Municípios, inclusive, que envolvem o Parque de Ilha Grande, que tem outra questão que precisa ser resolvida.

Então, nós estaremos presentes nessa sexta-feira; não é uma novidade, nós estamos lutando para resolver o problema dos ilhados.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Parabéns, vamos estar juntos nessa luta lá em Guaíra sexta-feira, a partir das 10h00 da manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna para pedir um pouco de respeito a uma classe injustiçada pela atual administração do Governo do Estado, uma classe esquecida e que com a sua vida é um verdadeiro escudo para proteger todos nós, paranaenses. Falo aqui dos investigadores, dos escrivães, dos agentes da Polícia Civil, dos papiloscopistas que necessitam de dignidade para continuar exercendo a sua função.

E na tarde de hoje inclusive estou protocolando dois requerimentos à Casa Civil, solicitando o atendimento à cúpula do Sindicato da Polícia Civil do Estado do Paraná para evitar uma paralisação que é iminente em nosso Estado.

No próximo dia 26 de abril já está marcado um ato público em frente ao Palácio Iguaçu para demonstrar às autoridades estadual a real situação de abandono que vivem os policiais civis do nosso Estado, que estão desde 95 sem um aumento real, e que tiveram apenas uma correção no ano de 2001.

Uma classe que existem casos dentro da Polícia Civil em que os funcionários, por causa dos stress que estão sendo vítimas, há crises de choro de policiais com mais de vinte anos de Polícia Civil, coisa jamais vista dentro da corporação. Os efeitos imediatos são os motins e rebeliões que aconteceram em apenas dez dias em cidades como Apucarana, Rolândia, Londrina e Sarandi. Só para citar um exemplo, 2º Distrito Policial, que tem capacidade para 74 presos, apenas um único agente da Polícia Civil tem que tomar conta de 214 criminosos que estão ali, detidos.

Vejo que o governo alardeia carros novos, pistolas ponto quarenta, computadores, como conquistas para a Polícia Civil, mas em contrapartida, nessa mesma delegacia não há sequer material de limpeza!

Mais respeito! Mais consideração, para que haja dignidade, a fim de que eles possam cumprir a função com mais respeito também, por parte da própria sociedade.

Estamos protocolando requerimento exigindo a implantação efetiva do 3º grau para regulamentar a carreira. Queremos a mesma celeridade que o Governo teve para com a Polícia Científica.

Estamos apontando os erros de maneira responsável, já que é nossa atribuição, sem revanchismo, sem

divisionismo, mas pensando numa classe que hoje está esquecida e abandonada. A 10ª Subdivisão Policial de Londrina, por exemplo, que na década de noventa trabalhou com trinta policiais operacionais, hoje possui apenas dez, e querem, aqueles que defendem este Governo, que nós fiquemos calados diante desta situação!

Falo, aqui, respaldado por uma declaração do Presidente do Sindicato da Polícia Civil, que congrega dezoito Municípios importantes, como Jacarezinho, Londrina, Apucarana, Maringá, Paranavaí, que é o Ademilson Alves Batista. É o segundo sindicato mais antigo do Paraná, que clama por um concurso imediato, a fim de que sejam contratados novos agentes para a Polícia Civil, porque o último concurso é de 1997.

Portanto, temos que ser solidários ao extor de uma classe, para evitar a greve iminente que vem a acontecer no próximo dia 26, como sinalização de uma paralisação que vai acontecer, ruim para todos os paranaenses.

Era este meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O horário que uso, na verdade, no Pequeno Expediente, nós iríamos usar o horário do Partido dos Trabalhadores, mas o Deputado Elton vai fazer uso dele. Entendo que deve ser para que nós hoje possamos fazer uma reflexão a respeito da situação criada a partir de ontem, com a decisão do Governo Federal em não renovar o acordo com o FMI. Esse acordo que vem desde 1998 e que neste momento o Brasil entende, através do Governo Federal, do Banco Central e do Ministério da Fazenda, que não deva ser renovado.

Na verdade, é uma espera que nós, do Partido dos Trabalhadores já tínhamos há oito anos. É preciso que se diga que muito do que vem sendo feito hoje, nós sabemos que foi, em parte, em consequência da política econômica anterior, mas em parte, também, dos erros da política econômica anterior.

Neste sentido, Sr. Presidente, o Brasil dá um salto de qualidade quando tem todas as perspectivas no sentido macroeconômico avançar política e economicamente. Entendo que quando nós conseguimos fazer com que o acordo que tínhamos desde 1998 e que faz com que tenhamos pesados encargos da dívida, faz com que tenhamos um superávit primário também pesado, faz com que tenhamos, muitas vezes, que renunciar ao crescimento.

Esta não assinatura do acordo não é apenas simbólica e não é algo menor. Muitas vezes nós escutamos aqui no Plenário, diversos Deputados, alguns com razão e

outros nem tanto, inclusive do ponto de vista, mas nós não considerávamos corretos, fazendo diversas acusações deste acordo.

Desde o início de 2002 que estamos buscando fazer com que o acordo com o FMI não fosse necessário, agora, é preciso que se diga que o acordo que foi feito, serviu muito mais como uma garantia para que o País não caísse naquilo que, antes das eleições do Presidente Lula, tanto se falava que aconteceria, que seria o “efeito Lula”, que o País teria um dólar a oito reais, que o País teria o “risco Brasil” a quatro, cinco mil pontos, que o País teria um descontrole inflacionário, um descontrole cambial, enfim, que o País viveria o caos como nunca havíamos vivido, porque finalmente, depois de 503 anos de colonização e 450 anos de fato, de estarem aqui os portugueses, nós teríamos um Presidente que veio das classes populares.

Isso dito, fez com que entrássemos num processo que eu chamo muito mais, não de um “efeito Lula”, mas de “efeito terrorismo” do que propriamente qualquer outra coisa. Foi preciso que tivéssemos uma política muito dura com a qual inclusive uma parte do Partido não concorda, com a qual uma parte do Partido diverge e expôs publicamente várias vezes, divergiu com as taxas de juros, divergiu com o Ministro Palocci, divergiu com a condução da política econômica.

É preciso que se diga que hoje, ao não assinarmos esse acordo, finalmente o País dá mostras de que é possível que saíamos, a partir de agora, para um outro sentido, tanto na política econômica quanto na política cambial. Queremos continuar crescendo, mas queremos continuar crescendo de uma forma sustentada. O Brasil tem que continuar crescendo, mas continuar sem que tenhamos espasmos de crescimento e depois tenhamos fases de grande surto inflacionário.

Então, nesse sentido, acredito que hoje, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, podemos dizer que finalmente estamos tendo uma outra visão e uma outra leitura da situação econômica do País. Nós sempre acreditamos que é possível que voltemos a ter um crescimento sustentado, um crescimento que faz com que nós geremos maiores empregos, um crescimento que faça com que possamos gerar um maior número de oportunidades a todos os brasileiros. Espero que isso possa acontecer a partir de agora.

Segundo ponto que me traz aqui: é com relação ao projeto que apresentei ontem e que foi aprovado por esta Casa. Obviamente que nós não pretendemos fazer aqui um debate sobre o projeto, do ponto de vista de quem seria ou deixaria de ser atingido, mas fico bastante entusiasmado quando vejo que no dia de hoje o Presidente da CCJ da Câmara Federal declarou na CBN que irá colocar em votação o projeto que cria a proibição em todos os níveis, federal, estadual, municipal, em todos os Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário para que não tenhamos mais e que seja definitivamente proibida a prática do nepotismo no espaço público.

Isso me parece que vem ao encontro de um momento que há um clamor nacional contra essa prática, inclusive, com o Deputado Severino declarando que se for para servir para os três Poderes, ele colocará em votação e será favorável. Acho que é um debate que devemos fazer, de mente aberta, sem preconceitos e que, certamente, se houver condições e se for esse o momento, será um debate favorável. Caso contrário, obviamente, haverá um momento propício para isso. Vejo que estamos caminhando, inclusive na Assembleia Legislativa que é o espaço legítimo para fazermos esse debate, na direção correta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Novamente não tinha intenção de usar a tribuna, mas faz-se necessário.

Todo mundo deve saber, os que acompanham a minha vida pública, eu faço política com paixão mas não me deixo cegar por ela. Acho que temos que tomar esse cuidado, não ficar cego pela paixão, de repente, fora de propósito, e perder a dimensão do maior.

Então, gostaria de deixar claro que tenho consciência da minha responsabilidade enquanto Parlamentar. Tenho muita clareza de que quem me trouxe a esta Casa foi a população do meu Estado, e clareza de quem paga o meu salário e qual é a minha responsabilidade, aqui nesta Casa. Portanto, queria dizer, inclusive ao companheiro André Vargas que usou a palavra antes desta Deputada, que não vou aqui, nem acho que devo, entrar em polêmica desnecessária; quando necessário eu entro e vou até as últimas consequências.

Penso que temos que, em alguns momentos, esquecer as divergências ideológicas e partidárias e convergir na mesma direção sempre que os assuntos forem de interesse da população. É assim, Deputada Luciana Rafagnin, que tenho pautado a minha ação política. Sento à mesa sempre que necessário, com qualquer companheiro de qualquer agremiação política, quando o assunto for de interesse da população do Estado e as discussões tiverem a ver com a melhoria da qualidade de vida da população.

Não quero polemizar, acho que temos que encerrar, de certa forma, esse assunto, mas também não posso permitir tentativas de desqualificar o meu mandato. Nunca permiti, já passei por situações bastante complicadas e não vou permitir, aqui, também. Não permiti quando era Secretária de Governo; não permiti quando era do movimento estudantil e dos movimentos sociais; não permiti quando era Vereadora e não vou permitir

agora, como Deputada. Não tentem desqualificar o meu mandato, colocar inverdades com relação às minhas ações enquanto Deputada Estadual.

O Deputado pediu as notas taquigráficas, mas espero que tenha lido a minha fala também, ontem, aqui, porque foi muito clara, objetiva, precisa, sem tentativa de jogar gasolina na fogueira, André. O que coloquei, ontem, aqui, foi exatamente que para a Oposição ou para alguns da Oposição tudo o que o Governador Requião fizer não vai ser considerado de bom ou de ruim, quer dizer, de bom. Se ele fizer apanha e se não fizer apanha também. Foi isso que eu coloquei, aqui, ontem.

Para alguns da Oposição, a tática é sebo no lombo e relho. Isso não é produtor, isso não nos faz avançar, porque num regime democrático a Oposição, o contraponto, a divergência é fundamental, mas ela tem que ser sábia, coerente, precisa e responsável, senão é “oba-oba”, não é mais Oposição. São nessas questões que me posicionei, ontem, aqui.

Em relação a Carlos Strass, apenas tentei restabelecer a verdade, não acho correto tentativas de excluir ações de algum companheiro naquela determinada função ou trabalho. Em relação a Carlos Strass, em Londrina, com as informações do Bazo que é o responsável pelo DER...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Um minuto para V. Exa. concluir.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Vou usar, se necessário, o horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. pode usar o Horário da Liderança do PMDB.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Obrigada, Sr. Presidente.

Coloquei que o Governador vai fazer a Carlos Strass em Londrina, que a gestão é desta Deputada, junto com outros Deputados de Londrina, da região, e que eu não queria e não permitiria a exclusão das minhas atividades de gestões em relação a essa questão de Carlos Strass, porque eu não acho justo tentar descredenciar Deputados da região, ao invés de nos unirmos em torno da questão.

Disse, também, André Vargas, que nessa questão o recurso existe, o projeto existe por conta do Governador Roberto Requião, mas que a estrada está no perímetro urbano, portanto ela é municipal e por ser municipal a desapropriação tem de ser feita pelo Município de Londrina. Se o Prefeito Nédson, neste momento, não tem recurso para a desapropriação e é correto, ele está enfrentando uma greve enorme lá em Londrina porque não tem recurso para a reposição salarial dos funcionários, ele vai fazê-lo quando tiver essa oportunidade, e que competiria a nós, aqui, esta Deputada também estava buscando alter-

nativa para fazer com que, se esse, for o problema, consigamos resolvê-lo. Portanto, dizer e tentar colocar que nós estamos dizendo, jogando a responsabilidade do Governador Requião pura e simplesmente, também não é correto. É uma parceria, uma parte é responsabilidade do Governo Estadual, a outra parte é responsabilidade do Governo Municipal.

Se o Governo Municipal neste momento não está conseguindo fazer a sua parte, tenho certeza absoluta que o Prefeito Nédson Miqueleti haverá de buscar uma alternativa inclusive com a nossa ajuda se for o caso.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Deputada, com todo o respeito, nós divergimos não tem nenhum problema. Agora, a obra estadual mesmo sendo no perímetro urbano, há outras obras estaduais acontecendo nem por isso o município precisa desapropriar áreas. A senhora havia dito ontem, não sei se confirma, era uma parceria acertada entre o Governador e o Prefeito. Isso não é verdade.

Se a senhora disse isso, não é verdade. Falei com o Prefeito e é uma obra estadual; há vários entendimentos no sentido de fazê-la, concordei com V. Exa. de que acreditava que o Governador ia fazer. O que não pode é ficar dizendo foi falado isso, foi falado aquilo.

Obra estadual, cuide o Governo do Estado. É mais razoável, é mais correto não atribuir ao Município. A desapropriação dessa área é muito mais cara do que a obra. V. Exa. talvez não saiba, mas eu estou tratando do tema. V. Exa. também está tratando do tema, se informe exatamente, porque não é possível que para executar uma obra do Estado, vamos atribuir ao Prefeito. Se o Prefeito está com dificuldades, todos temos, todos os governantes têm, é preciso que não atribuamos aos demais. E outra: Não houve nenhum entendimento entre o Governador e o Prefeito para fazer essa obra. O que não pode usar é um artifício para tentar obstaculizar a obra.

Estou dizendo exatamente isso: vamos fazer a obra, sou Deputado Estadual e vamos estar aqui até quanto aos recursos orçamentários, para que o Governador possa fazê-lo. O Prefeito nega qualquer entendimento que ele tenha que desapropriar, que não está em nenhuma Constituição, nenhuma lei de que obras estaduais estando em perímetro urbano, o Município tenha que desapropriar ou custear parte da obra.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Deputado André Vargas, a tentativa de dizer que sou desinformada e que uso de artifício não cola mais, principalmente partindo de V. Exa.

Queria apenas dizer de quem passa as informações é o corpo técnico do Governo. Não sou técnica. Sou uma Deputada estadual e faço a minha função aqui e há limite de poderes. Falei agora com o Secretário Bazo, do DER, que disse que a obra está no perímetro municipal, portanto, a desapropriação é responsabilidade do Governo. Essa não é uma polêmica para mim.

É uma polêmica para o Governo do Estado e para o Prefeito Nédson.

O que quero dizer aqui é que, ao invés de ficarmos com picuinhas, tínhamos que buscar alternativas para tentar resolver esse problema, sem perder a dimensão do maior.

Qual é a dimensão do maior? É tentarmos fazer a obra, e isso o Governador Requião disse que vai fazer. V. Exa. foi para out-door com ele com o Prefeito Nédson, os três juntos, dizendo que iam fazer a obra. Então, não é possível que um Deputado, um Prefeito e um Governador que estão em out-door dizendo que a obra vai sair, que a obra não saia! A obra vai sair! Não adianta tentarem desqualificar o Governo dizendo que ele fala mas não cumpre!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Nobre Deputada, não é estranho a Prefeitura desapropriar a área. Todas as escolas, como exemplo, que o Governo do Estado faz no Município, quem dá o terreno é a Prefeitura. O Governo não vai nunca lá desapropriar uma área para fazer a obra. O Município dá o terreno e o Governo faz a obra. A mesma coisa, imagino, que o que precisa é o entendimento entre o Governo do Estado e o Município para que a obra saia, que é o interesse público.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

... É isso o que interessa.

Agora, só para encerrar, agradecemos ao Presidente pela complacência, não vou permitir uma tentativa de desqualificar o meu mandato, de me jogar contra a população de determinadas regiões da minha cidade e não vou permitir que me tirem os créditos de minhas ações, daquilo que não faço e não participei!

Não corro atrás de DNA que não é meu, mas por aquilo que eu trabalho, que luto, que gestiono, que cobro, vou sim, querer ser respeitada nesta Assembléia, como qualquer outro Deputado! Não é possível continuar nessa tentativa de desqualificação do meu mandato, porque não vou deixar!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado Artagão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, amigos da imprensa.

Na tarde de ontem falamos objetivamente alguma coisa que diz respeito à área da saúde e não olvidaremos de retomar esse assunto, em função da sua demasiada importância. Evidentemente que é um assunto que necessita estudo, que necessita pesquisa, para que resoluções objetivas possam acontecer, para que soluções possam

ser tomadas. E tenho certeza que os nobres Pares desta Casa estão somando nesse processo, porque todos temos o mesmo objetivo: buscar uma melhor qualidade de vida, buscar uma melhor estruturação do atendimento de saúde em todas as esferas, seja municipal, estadual ou federal, buscar para os paranaenses aquilo que melhor pode ser ofertado a todos eles, que nos honraram com seus votos, com a confiança depositada na urna.

Mas, nesta tarde quero aproveitar, em rápidas palavras, para trazer uma boa notícia a todos nós Deputados, a todos os Municípios do nosso Paraná e a todos os paranaenses que serão, sem dúvida alguma, afetados por essa notícia que estaremos divulgando a partir de agora. Alguns dias atrás, algumas semanas atrás a Associação dos Municípios do Paraná, na pessoa do seu Presidente, protocolou junto ao Tribunal de Contas um requerimento para a liberação de certidões provisórias para os Municípios onde houve as eleições municipais e, conseqüentemente, a alternância do poder.

Essa avaliação tramitou no Tribunal de Contas, pelas Diretorias competentes, pelo Ministério Público e foi julgada na tarde de hoje por aquela Corte de Contas. Evidentemente que todos os Deputados e toda a população do Paraná sabem da necessidade e da importância da certidão liberatória do Tribunal de Contas para que os repasses financeiros possam ser efetuados.

Sem a certidão, não há possibilidade do recebimento dos recursos, mesmo que esses já estejam reservados.

Para que tenhamos uma noção da gravidade e da dificuldade da liberação da certidão ou do cumprimento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, referente ao exercício financeiro de 2003, 204 Municípios tinham pendências com relação aos índices percentuais que deveriam ser alcançados nas áreas de saúde, educação e assistência social, ou seja, 51,13% dos Municípios estavam com dificuldade de conseguir a respectiva certidão do Tribunal de Contas para, efetivamente, dar andamento às suas atividades. Feita toda avaliação, feita toda análise, pareceres das diretorias competentes do Ministério Público e daquele Plenário do Tribunal de Contas, definiu-se pelo seguinte:

Aonde houve reeleição do Prefeito, os princípios constitucionais e a legislação mantêm-se da mesma forma, ou seja: os relatórios bimestrais obrigatoriamente devem ser enviados ao Tribunal de Contas, em especial o do sexto bimestre do ano de 2004.

Onde houve alternância de poder, aonde novos Prefeitos assumiram a administração, haverá a liberação da certidão provisória do Tribunal de Contas a esses Municípios, da seguinte forma: Municípios com mais de 50.000 habitantes, certidão provisória liberada automaticamente, via internet, até a data de 30 de junho, depois da qual as exigências normais.

Em municípios com menos de 50.000 habitantes a certidão provisória será liberada até 30 de agosto. Depois

desta data, as exigências normais dos cumprimentos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com essa atitude o Tribunal de Contas atende a um pedido da Associação dos Municípios do Paraná no sentido de dar suporte às novas administrações, aos novos Prefeitos, para que recebam as verbas já destinadas e que, efetivamente, os seus trabalhos, os trabalhos dos novos administradores, não sejam prejudicados nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme requerimento aprovado nesta Casa de Leis encontra-se, neste Plenário o Dr. Luiz Henrique Bonaterra, convidado e que ocupará o Grande Expediente, prorrogáveis por mais quinze minutos. Logo a seguir, os Deputados poderão fazer interpelações ao convidado, devendo inscrever-se previamente, junto à Mesa de trabalho da presente Sessão, conforme prevê o artigo 99 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa. Esclarecendo aos Srs. Deputados que cada um não poderá exceder por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento que terá dez minutos, artigo 99, parágrafo 2º: Serão permitidas e réplica, a tréplica pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

Convido o Dr. Luiz Bonaterra que compareça ao Plenário desta Casa.

(Lê):

“Dr. Luiz Henrique Bonaterra, digno advogado e Procurador do Estado do Paraná, o senhor encontra-se sob jurisdição plena e absoluta da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que é o Poder soberano sobre todos os agentes do Estado, sem reserva de nenhuma natureza.

A convocação de V. Exa. foi aprovada pela unanimidade do Plenário desta Casa, em razão da repercussão nos meios de comunicação social de nosso Estado quanto aos termos de pronunciamento político que V. Exa. teria promovido em Encontro Estadual do PT, Partido ao qual V. Sa. é filiado e do qual é militante.

A repercussão desse pronunciamento decorre das diversas funções públicas que V. Sa. exerceu e exerce em nosso Estado.

Nesta tarde, V. Sa. deverá assumir o compromisso de dizer a verdade sobre todos os assuntos públicos em que V. Sa. funcione ou tenha funcionado, sem reserva nem sigilo de nenhuma natureza, ressalvadas apenas as informações decretadas sigilosas pelo Poder Judiciário.

No exercício de sua soberania, o Poder Legislativo do Estado do Paraná entende que todos os pareceres, expedientes, petições, ofícios, contratos, convênios, ajustes, termos, editais e todos os demais atos administrativos praticados ou em que sejam intervenientes os agentes do Estado, de qualquer dos Poderes, são atos públicos e devem ser conhecidos pelos Srs. Deputados e pelo povo de nosso Estado, ressalvados apenas os casos em que,

expressa e previamente, o Poder Judiciário tenha decretado segredo de Justiça, de modo que V. Sa. não poderá invocar sigilo em relação aos atos administrativos que tenha praticado ou esteja praticando.

Nosso objetivo nesta Sessão Plenária é colher informações com vistas ao pleno exercício constitucional do Poder Legislativo de fiscalização externa, objetivando a proteção dos interesses do Estado e de nossa população.

O Plenário está de acordo? Aprovado.

Dr. Bonaterra, o senhor compromete-se a dizer a verdade sobre os fatos que afirmar ou que lhe forem perguntados?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATERRA

Prometo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dr. Bonaterra, o senhor conta com o prazo de trinta minutos para a exposição inicial, após o que será aberto o prazo para as inquirições pelos Srs. Deputados.”

Se necessário, o senhor terá mais quinze minutos de prorrogação.

Com a palavra o Procurador Bonaterra.

Dr. Luiz Henrique Bonaterra:

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATERRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Primeiro, uma nota sobre o adiamento desse depoimento, que estava apazado para 23 quarta-feira última. E por erros de comunicação, se dava como na terça-feira. No dia em que antecedeu aquela terça-feira comuniquei-me diretamente com a Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Considerando que no dia seguinte, que era o dia originalmente apazado para esse depoimento, não haveria Sessão, é que se teve a redesignação para esta data.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o cronômetro não está regulamentado, para que possamos acompanhar o horário do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Atendendo à solicitação de V. Exa., já está.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATERRA

Portanto, o adiamento não se deu com vistas à instrução, reunião de novas provas, de novos elementos e nem absolutamente nada que já não se contivesse contemporaneamente à data inicialmente apazada. Como também nada de novo contemporaneamente àquilo que foi objeto de meu pronunciamento político no exercício dos direitos de cidadania, dos direitos partidários em encontro estadual decorrente do Partido dos Trabalhadores, ao qual sou filiado.

Que venha da China, além da vantagem econômica, a lição de Mao-Tsé-Tung em linha de que: para ser o primeiro dos generais é preciso ser o último dos soldados.

Um reino bem distante quando ao rei chegava o mensageiro e dizia: o reino está em chamas: Circunspecto, sério, grave e solene, o rei chama sua guarda pessoal e diz: matem o mensageiro.

Já agora em lição mais recente de Saramago quando dirigindo-se a Dom Giovanni o Comendador diz: O protetorado está em chama. Dom Giovanni retorque e diz: Estás varrido. És louco varrido.

As Assembléias, os Poderes Constituídos de Estado são aquilo que Antony Guides denomina sistema perito, isto é, sistemas que funcionam como se espera que funcionem. Essas convocações é uma demonstração de que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná é um sistema perito, atento aos debates da sociedade.

Quero aqui introduzir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma perspectiva para exame. Hoje funciono como Procurador de Estado, advogado, coordeno as disciplinas jurídicas da Fundação Getúlio Vargas aqui em nosso Estado, e introduzi, na Fundação Getúlio Vargas, uma disciplina que se denomina Teorias da Justiça. A teoria da Justiça foi concebida no Direito 1961 por um norte-americano denominado John Rawls, que propunha que, quando se quer construir uma posição de Justiça, quando se quer construir uma decisão justa, é bom que nós mesmos que vamos decidir, nos coloquemos naquilo que John Rawls denomina “um ponto cego, um ponto de ignorância”, um véu que encobre a posição que vamos ter nessa decisão.

Então, como diz John Rawls, se nós vamos decidir a sociedade futura, importa que nós e o Poder Legislativo que aqui se reúne conta com Deputados estaduais, contou com Deputados estaduais que exercem e já exerceram funções do Governo, Governadores de Estado, Senadores da República, de modo que aqui me dirijo a Deputados estaduais que serão destacados para novos mandatos de Deputado Federal, Senadores e futuros Governadores. Sobre isso não há nenhuma dúvida e aliás, não ponho em questão de que daqui possa sair, quer dizer, inclusive, mandato destacado para Presidente da República.

Então, esta posição, este véu de ignorância em que nós devemos nos opôr, significa que nós não devemos saber nessa nova sociedade, se nós vamos ser o padeiro, o advogado, o camponês, o industrial ou o industriário, porque não sabendo que posição nós vamos exercer nessa nova sociedade, nessa decisão justa que nós pretendemos, vamos fazer as melhores escolhas, vamos construir a melhor solução, independentemente da posição em que vamos nos encontrar e esse véu de ignorância vale para o futuro como também vale para o passado, porque de todas as artes, a mais revolucionária por certo, é a arte do perdão, porque se cometo eu próprio uma falta muito grave ou se outro comete uma falta muito grave e o perdão não é possível, nem eu próprio nem o outro pode

recomeçar e a história, é um motor contínuo que gira em torno do próprio eixo e de modo que não é possível construir o futuro.

Então, nós vamos tratar aqui de questões que reproduzem os termos do nosso debate e que projetam para o passado e para o futuro, tendo uma expectativa alta, não esperem que venho aqui exercer as funções de Tribunal. As minhas funções são muito simples, são de um cidadão, advogado, Procurador, que ama o seu Estado, que ama a sua gente e que guarda no coração todos os homens, jovens e mulheres que conheceu ao longo da história. Portanto, não vou me distanciar da minha história que, em comum com a grande maioria destes deputados, tem pontos de convergência, de divergência, de encontro, de desencontro.

Quero também nessa introdução, dirigir-me aos escribas peculatórios que distorcendo em manobras anti-democráticas e usando meios e recursos oficiais, procuram infamar aquele que levanta a sua voz em favor do Estado, no interesse público. Quantos não foram os Deputados também atacados na sua honra que, em defesa do interesse público, tiveram de suportar os peculatórios da escrita, aqueles que trabalham sob paga? Pois eu quero dizer que peculato é crime apenas no Código Penal de dois a doze anos. Peculato é o uso de bem móvel de que tem posse o agente, em função do exercício de função. Portanto, o uso de computadores, de máquinas, o uso de telefones, o uso de papéis, o uso de servidores em interesse que seja estranho aos interesses públicos, para defender a figura do governante, constitui crime de peculato.

Portanto, uma só nota que saia de onde sair, do Estado, para infamar um Procurador de Estado, advogado e cidadão, constitui crime de peculato e quem alcançar o criminoso, que dê voz de prisão em flagrante, porque estará diante de crime de peculato, e alcançarei, estejam onde estiverem, os peculatórios da escrita.

Vou diretamente, feitas essas preliminares, ao tema. As provas no Processo Civil, Penal e Criminalístico, são aquelas conhecidas: documentais, testemunhais, periciais e há outras de igual natureza que são as provas indiciárias.

A prova indiciária é a prova que a partir de um fato determinado e provado leva a outras conseqüências por juízo e obra de inteligência. A prova indiciária é uma prova de idêntica grandeza, relativamente, à prova testemunhal, à prova parcial e à prova documental. Mas, como também há demais provas, é uma prova que requer atenção, porque a prova indiciária pode significar que, ingressando-se em uma sala, havendo um cadáver e alguém que segura uma arma ensanguentada poderia ter-se um juízo que aquele é o agente do crime, quando em verdade o que ele fez foi tentar socorrer a vítima.

Portanto, a obra de via inteligência que é própria da prova indiciária, requer um cuidado de tipo especial.

Em todas as funções há um juízo que me tem como síntese, que tomo e que me acompanha desde meados dos

anos 70 e que é uma síntese inclusive de caminhadas já anteriores, quando em 64, logo após o golpe, me dirigi com a minha família, o meu pai do PTB, para o interior do Estado, para iniciar nova vida.

Diz Alencar Furtado que havia um Deputado que todos os dias assomava à tribuna, para defender o Regime Militar e, assim durante anos. Até um dia, em que seu filho foi alcançado pela repressão, desaparecido, torturado e morto. É quando então se deu a conversão.

Eu estive aqui nesta Casa, com muita honra, ao lado de colegas que ainda hoje estão no exercício pleno desta Casa e, presente a essa lição do Alencar, é que propus e presidi a CPI dos bóias-frias. Porque havia quem entendesse no Governo, que no Estado não havia bóias-frias. Nem trabalho de crianças, empregadas da lavoura.

De modo que aquilo que era um gesto normal, comum à instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as condições de trabalho dos bóias-frias e das crianças no campo, passou a ser uma questão de Estado. Lutamos, implementamos a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os bóias-frias, relatada por uma Deputada de Oposição, que depois veio a ser Vice-Governadora. Levamos a termo essa CPI, e essas que foram as recomendações da CPI seguiram e se teve um marco.

Aqui no exercício do mandato todos acompanharam em público o que foi a instituição da Frente Ampla em Defesa da TELEPAR, que redundou no afastamento por representação nossa, dessa Frente Ampla, das instituições e forças democráticas, de toda a direção da TELEPAR.

No entanto, uma questão que nunca foi dado a público e que estava no âmbito da luta que travamos contra a camarilha que se assombrou da TELEPAR, revelo hoje aos Srs. Deputados.

Estava já aprovada pelo Banco do Estado do Paraná na ocasião, uma operação de crédito de mais de cem milhões de dólares, que era uma linha direta aos consumidores que adquiriram aquelas linhas, que seriam disponibilizadas.

Pois muito bem, levei a matéria a S. Exa. Governador do Estado, e ao fim e ao cabo o Governador de então, atendendo a denúncia formulada, determinou o cancelamento da operação que já se encontrava aprovada pelo Banco do Estado na época. Este é um exercício que justifica um mandato.

Portanto, não há nenhuma dessincronia, nenhuma desconformidade ou novidade no exercício que ora faço, quer dizer, no direito de crítica. Do mesmo modo, quando deixou em mesa de S. Exa. o Governador do Estado, ao lado dos Deputados Cleiton e Neivo Beraldin, um monte de paus, madeiras, e armas de truculência utilizados no centro prisional de menores do nosso Estado. E, depois, travamos luta conjunta de mais de trinta dias, para apelar da direção daquele centro prisional, os torturadores. A começar pelo coronel que era diretor geral daquela instituição. Isso é exercício de mandato com independência.

E assim segue, quando aqui nesta Casa Vice-Líder da Bancada do PMDB e do Governo, e nem por isto me distanciei de S. Exa. o Governador, ao cabo da aprovação da lei que autorizava a venda das ações da TELEPAR; da tribuna renunciei à Vice-Liderança do PMDB e do Governo, protestando contra a venda de uma cadeia de um velhinho conselheiro, chamado Estado do Paraná!

Este é o exercício. E nem por isto, no exercício do interesse público, me distanciei dos correligionários e de S. Exa. o Governador.

Quando aqui a Casa recusava, pela sua maioria, o acesso às informações da compra dos helicópteros ditos superfaturados, como Vice-Líder da Bancada e Deputado do Partido de Base do Governo, me dirigi ao Palácio e pessoalmente trouxe aqui as informações ditas, quer dizer, que davam conta da compra dos helicópteros superfaturados.

Foi assim também, que desde o primeiro voto, antes que se tivesse essa orientação atual, todos os pedidos de informação submetidos a esta Casa, eram por mim aprovados. Mesmo aqueles que me geravam constrangimento. Porque ao advogado, ao Deputado, ao Procurador não é dado o menor temor de constranger quem quer que seja, porque os Deputados, os Procuradores, os advogados, são remunerados para fazer exatamente isto que fazem: procurar alcançar, corrigir, apontar erros e soluções.

Eu poderia repetir, quando aqui chegando estava um funcionário da Liderança do Governo e Vice-Líder; procuravam obstar meu acesso à CPI da Polícia Militar! E um voto, apenas, bastaria para garantir ou afastar a conclusão dos trabalhos da CPI da Polícia Militar. Pois muito bem! Tirei o “espírito” da frente, dirigi-me à CPI, que se instalou e constituímos novo relator. E nem por isso me distanciei de S. Exa.! Portanto, há uma coerência absoluta.

Vejam que constrangimento: da Assembléia denunciei a ocorrência de violência generalizada de torturas em delegacias de polícia. Vejam, estava na base. Mas era Umuarama, era Paranaguá, era Cascavel, enfim, era um sistema generalizado. E instalamos a Comissão Especial para apurar a ocorrência generalizada de tortura, porque, na lição de Deputado Alencar, eu não precisava e não preciso perder um filho para converter-me. Erros, cometi demais.

E assim no Departamento de Obras, sobre temas que nós podemos até retomar e que dão conta exatamente disto. Independência. Autonomia. E camaradagem. Nunca produzi dossiês. Nunca produzi arquivos. Aquilo que tenho a afirmar, afirmo diretamente!”

Esta questão que será debatida, este conjunto de questões que serão debatidos nesta Casa hoje, são questões que manifestei no âmbito da instituição a que honrosamente pertencço - Procuradoria Geral do Estado - são questões que manifestei há quase uma dezena de Deputados, nesta Casa. São questões que manifestei há quase uma dezena de Deputados, nesta Casa. São questões que

manifestei a membros da alta administração do Estado, em conversações bilaterais.

Portanto, preservemos estas comunicações prévias. Em nenhuma destas comunicações bilaterais levei documentos, provas, elementos, dados, outra coisa que não fosse uma consideração. Do que estava em curso, e aqui repito exatamente o que afirmei na sede do Partido dos Trabalhadores, a nossa responsabilidade, homens públicos, mulheres, jovens, em relação ao que sucede no Estado e ao que sucede no País, ela é grave quando, por exemplo, na condição de membro do Partido dos Trabalhadores apoiamos o projeto nacional e o projeto estadual que aí estão. E mesmo que assim não fosse, mesmo que o vencedor seja o mais encarniçado dos nossos inimigos, ainda assim há uma responsabilidade, porque nessa hipótese não teremos feito tudo o que poderíamos fazer para vencer aquele pleito. Portanto, na democracia a responsabilidade é de todos, a responsabilidade é absoluta e de todos, é aquilo que se poderia denominar efeito borboleta; um pequeno movimento realizado neste ponto do mundo repercute na Ásia e é decisivo para que lá se tenha um ciclone, para que lá se tenha um maremoto, ou coisa que valha. Este é o efeito borboleta.

Portanto, não me eximo das responsabilidades. Agora, Srs. Líderes de Governo, Srs. Líderes de Oposição, Srs. Deputados, há um dado que parece pascar nisso tudo, e concerne à ruptura que já tomava como dada na minha vida pública, com a lógica obscena de Camorra, uma das organizações mafiosas que tomava o pacto de aumentar o pacto de silêncio em relação ao que faz e ao que opera, e com vaticínio de morte em relação àquele que quebra o pacto de silêncio. Não tenho, nem nunca tive pacto de silêncio em relação a nenhuma patifaria contra o Estado. Não me importa, doa a quem doer, mas entre o meu Estado e o meu povo, e seja quem for, eu devo lealdade ao meu Estado.

Pois eu quero lhes afirmar, as coisas são graves. Eu me permito aqui, há um documento muito antigo que firmei em conjunto com diversos Procuradores da Fazenda Nacional, 2001, e que dá conta do tipo de ação que nós Procuradores nos comprometemos. Dizíamos: “Entendemos os Procuradores signatários que instituição e carreira devem colocar-se na vanguarda de uma política patriótica de mãos limpas”.

Nessa ocasião, quando subscrevi o manifesto, não exercia ainda as funções de Procurador de Estado exercia as funções de Procurador da Fazenda Nacional, aí dizíamos lá: “Por essa proposta deveria o primeiro encontro nacional sinalizar os membros da carreira, os Poderes do Estado e a sociedade, a deflagração de uma ação nacional articulada e afirmativa em defesa dos valores republicanos.

A idéia é simples e consiste que, para além da indispensável e zelosa atuação nos processos judiciais e administrativos, todos os atos dos Procuradores da Fazenda Nacional devem doravante ser pensados e implementados dentro de uma perspectiva estrutural de com-

bate à sonegação, à fraude, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e a todas as demais formas de crime contra a economia popular e administração pública. E isso sempre que possível articuladamente com o Ministério Público Federal, Polícia Federal, Secretaria da Receita Federal, Banco Central do Brasil, INSS e demais entidades e órgãos Federais, Estaduais e Municipais, que de qualquer modo apresentem interface com as funções federais cuidadas pelos Procuradores da Fazenda Nacional”.

É dizer: sinalização no sentido de que requisitem os Procuradores da Fazenda Nacional, e isso se aplica aos Procuradores de Estado, os serviços dos agentes da Receita Federal representem perante Magistrados e agentes do Ministério Público. Atuem de forma coordenada e cooperativamente com as demais entidades e órgãos federais, estaduais e municipais que de qualquer modo apresentem interface com as funções federais, cuidadas pelos Procuradores da Fazenda Nacional.

Além disso, no âmbito interno, sinalização aos Procuradores da Fazenda Nacional no sentido de que investiguem todas as possíveis fontes de bens e recursos dos devedores da Fazenda Nacional; cruzem seus créditos com débito perante a Fazenda Nacional e demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal; formem cadastros integrados de créditos e débitos particulares perante a administração pública de todos os níveis; lancem mão, como regra, da ação cautelar fiscal que, enfim, estreitem a margem de locupletamento dos devedores.

E aí nós seguíamos para dizer desta que é uma linha que vem orientando a atuação da Advocacia Geral da União, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria Geral do Estado, do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, enquanto instrumento de realização do Estado democrático de direito. Portanto, esse exercício que ora faço é um exercício absolutamente fiel a este documento e a uma orientação dos Procuradores de Estado, dos Procuradores Federais, dos Procuradores Municipais na defesa intransigente do interesse público.

Não há, portanto, nenhuma personalização do debate. Não faz o menor sentido que S. Exa. o Governador, diga que se trata de um ato de vingança, aliás, ele sempre me honrou com um tratamento lhano, cortês e quando tive de pronunciar a minha ruptura política em relação a S. Exa. o Governador do Estado, o fiz em entrevista coletiva por razões publicadas nos jornais da época, razões de ordem pública, sem subterfúgios, sem meias palavras, de um modo franco, objetivo.

Portanto, afaste-se desde logo qualquer especulação sobre um interesse outro que não seja o interesse público. Aliás, se examinasse, S. Exa., o Governador do Estado, não teria descido para dizer que ao Procurador faltaria, talvez, noção ou, então, na expressão de Dom Giovanni: “estás louco varrido”! Teria, se examinasse as matérias, observado que em verdade, fossem as matérias alcançadas e longevidade a ele, não abreviação do seu tempo, longevi-

dade a ele. Ainda há ano e meio, dois anos e três meses já se foram, mas ainda há tempo, pois vamos lá.

A questão da concessão dos serviços públicos delegados do Estado: Sobre essa matéria há um parecer de minha lavra de novembro de 2003 protocolados 5465382-4 de 17/12/2002. É um parecer longuíssimo, 130 laudas; vou limitar-me, portanto, à leitura apenas do relatório:

“Na complexa trama de relações entre o Estado e o setor privado, aos operadores jurídicos é dado, muitas vezes, ter de desvendar o jogo de sombras e luzes armadas pelos atores. Então, é o caso submetido a parecer dessa Procuradoria Geral, cujas raízes devem ser encontradas na histórica Sessão Plenária do Supremo Tribunal Federal havido em 25/11/1989, quando ao examinar pedido de liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 118, decidiu aquela Suprema Corte suspender a eficácia do parágrafo 3º do artigo 143 da Constituição do Estado do Paraná em decisão assim emendada: Ação Direta de Inconstitucionalidade - medida cautelar - Constituição do Estado do Paraná - parágrafo 3º do artigo 146: dispositivo que assegura às empresas que já prestaram com tradição serviços de transporte coletivo de passageiros por ato delegatário de qualquer natureza, expedido pelo Estado do Paraná e com prazo de vigência vencido ou por vencer, o direito de dar continuidade aos mesmos serviços que vinham prestando, mediante prorrogações ou renovações das respectivas delegações, observados os incisos do parágrafo 1º do artigo 146”.

Aqui, então, o Supremo Tribunal Federal declarava a inconstitucionalidade de uma norma da Constituição do Estado de 89 que concedia às ditas empresa tradicionais de exploração do transporte coletivo de passageiros, outorga eterna e definitiva para essa exploração.

Na linha daquela brilhante ação direta formulada pelo nobre Procurador Rogério D'Stefano dera a Suprema Corte...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos consultando o seu tempo, V. Sa. já usou trinta minutos, terá mais quinze.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Prefiro então neste caso, para que possa oportunizar os debates e as inquições, afirmar o seguinte:

Esse é um trabalho que dediquei dez meses, mas havia um parecer já anterior, de outra colega Procuradora, que também dava pela necessidade de ajuizamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade. Esse parecer é de antes de metade de 2003. Este nosso, da minha lavra é de novembro de 2003. Mas, não é só o parecer. Havia o parecer, havia a ação direta, a minuta da Ação Direta de Inconstitucionalidade, cento e tantas laudas porque era preciso atacar dispositivo a dispositivo, não só os locais como também os dispositivos estaduais, os federais. Porque na verdade os dois dispositivos locais eram dispositivos contrabandeados de normas federais. Por isso que

nós, então, minutamos a Ação Direta de Inconstitucionalidade e ela, nos termos do artigo 104 da Constituição da República, só pode ser firmada por S. Exa. o Governador do Estado. Na medida em que ato atacado é ato da Assembléia Legislativa, só S. Exa. o Governador do Estado que poderia afirmar essa Ação Direta de Inconstitucionalidade. Nenhuma outra autoridade poderia fazê-lo. Mas, não era apenas a ação direta que acompanhava o parecer. Havia também representação ao Ministério Público Federal por crimes em tese contra a administração federal na medida em que essas prorrogações se davam também no âmbito federal. Havia também representação junto ao Ministério Público Estadual para investigar não só a matéria atual como também a circunstância de o porquê o Tribunal Federal tendo declarado a inconstitucionalidade daquela norma originária da Constituição de 89, e isso o fez em final de 89, e tendo estado em vigência essa decisão até 2000.

Portanto, por cerca de 13 anos, o Supremo Tribunal Federal declarava como inconstitucional a norma que concedia a prorrogação e a renovação dessas linhas, de por que durante treze anos sucessivas prorrogações tinham se operado, e de por que novas concessões estavam sendo dadas nas mesmas bases. Crime contra a administração pública federal e estadual.

Se também se pretendia a remessa desse material não apenas ao Ministério Público Federal e Estadual como também ao CAD, pela concentração. E estamos falando aqui, Srs. Deputados, para que fique muito claro isso, não só do transporte coletivo intermunicipal. Estamos falando aqui em inspeção veicular, essas vistorias, esses estabelecimentos de vistorias espalhados pelo estado de veículos sinistrados, todos sem licitação. Todas as linhas de transporte coletivo do Estado sem licitação prévia; federais, sem licitação prévia. E as repercussões, nas concessões de uso no âmbito portuário e nós vamos relatando, tivéssemos aqui a oportunidade, vamos estendendo esse parecer para um conjunto de áreas da administração, totalmente à margem da lei. À margem de licitação prévia, com todas as consequências daí decorrentes.

O transporte estadual implica 157 milhões de passageiros por ano. É dinheiro diretamente extraído da economia popular! Quando não se tem licitação prévia - e o Deputado Dobrandino relatou uma CPI de um tarifaço que se deu em 95 - não se tem definição sobre qual o critério de reajustamento. Ora, com licitação já há polêmica sobre esse tema; sem licitação, será que o reajuste vai ser pelo IGPM, será que o reajuste vai ser pelo INPC e é bem por isso que a ex-Ministra da Fazenda, da Economia do Governo Collor, veio condenada em primeiro grau e ora está em grau de recurso a algo em torno de dez anos de reclusão por um tarifaço. Bem por isso o meu Partido perdeu um dos seus mais destacados dirigentes, o ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel. Essa é uma questão que mina as bases da República.

A ausência de licitação em áreas vitais da administração significa combalir. E a questão que aqui se abre é a

seguinte: S. Exa., o Governador do Estado, nos termos do artigo 104 da Constituição da República, é a única autoridade em condições de requerer ao Supremo Tribunal Federal a declaração da inconstitucionalidade dessa norma, como também instruindo o parecer da minha lavra à minuta de projeto de lei a ser endereçado a esta Casa, porque versando matéria relativa a serviços públicos a iniciativa também é do Governador. A questão que se põe aqui, objetivamente, é que havia lá a recomendação, que era anterior, o parecer de uma colega dado em meados de 2003, dizendo que era preciso Ação Direta de Inconstitucionalidade. Antes disso havia também instrução expressa do Tribunal de Contas. A questão a se determinar aqui é: por que transcorrido esse tempo todo não se teve remessa ao Ministério Público Federal, que não é uma faculdade, mas é um dever da autoridade em matéria de ausência de licitação, como fiz em caso específico em que funcionei, que tramitava há oito ou dez anos e se pretendia a prorrogação? Ora, eu fiz simples. Se quiser prorrogação, vai tratar na polícia! Quer prorrogação sem licitação, vai tratar na polícia! Essa foi a idéia e foi o que eu fiz em um caso específico. Quer prorrogar sem licitar, sem se submeter ao jogo da concorrência. Vá tratar na polícia, vá tratar com o Delegado, ser algemado e preso! Essa é a história.

Aí passou isso, porque nós, Procuradores, temos uma massa extraordinária de processos. Fui honrado, ingressei como primeiro colocado na Procuradoria Geral do Estado e ingressar como primeiro colocado não significa nada; o difícil é manter a posição. Agora no final deste ano passou o primeiro concurso desde meu ingresso na Procuradoria, um concurso interno para promoção por merecimento. Submeti-me a esse conjunto de trabalhos e de pareceres e fui novamente destacado pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, instituição a que honrosamente pertencço, como primeiro colocado e meu nome será recomendado, quero crer, à consideração de S. Exa., o Governador do Estado, para promoção por merecimento. E são esses os trabalhos, não são outros! São esses os trabalhos!

Agora, aí um colega Procurador do Estado diz assim: Turra, não pode se apaixonar pelos pareceres, tem que se manter um pouco distante. Mas, hora ou outra nós voltamos e queremos ver como está o negócio, como é que está o andamento. Pois eu volto e aí constato que tínhamos um relatório que dava vencimento em 2003 e aí vem um outro relatório para instruir uma outra ação e já tinha virado para 2004. Aí, você vai e investiga um pouco mais e descobre que estão comprando e vendendo linhas no Estado: consta que a Sulamericana já foi comprada pela GOL, aprovada pelo Conselho Diretor do DER. Quer dizer, compra e vende como se fosse um artigo na prateleira, concessão de serviço público! Está aqui: dirijo-me ao Procurador Geral do Estado, dirijo-me às autoridades... aí há este detalhe: ah! deveria ter se dirigido ao Procurador Geral do Estado! O Procurador Geral do Estado recebe e converte em diligência mas que resis-

tem! Ah, não precisa de um plano diretor! Está relatado aqui: no início do Governo é preciso um plano diretor. Ah, mas vai longe. Aí esse plano já tinha sido ensaiado umas dez vezes; quando terminou o Governo do Lerner era mais um plano; precisa ter plano diretor para licitar. Aí, sobe S. Exa. o Governador, revoga porque diz que o preço era muito alto, porque a Universidade Federal vai fazer. Então, vamos ver como está o plano diretor? Ele é a própria operação do sistema. Descobre-se que, passados dois anos e meio, não há plano diretor! Então não se contrata o plano, ou, se contrata, o plano não anda porque não se vai licitar e não se vai licitar porque não tem o plano!

Esta é a situação na área da concessão de serviços públicos, gravíssima! Está aqui documentada, há minuta de projeto de lei - quero crer que S. Exa. faça chegar a esta Casa - agora, em função até dessas matérias todas vindas a público, há a Ação Direta de Inconstitucionalidade, há representações do Ministério Público Federal, Estadual...

Falo de cátedra sobre isso porque a minha gestão, como Diretor-Geral da COMEC, foi a única gestão ao lado da gestão do Heinz Herwig que também realizou algumas licitações na área da Secretaria dos Transportes, que realizou licitações na área. No período que me antecedia havia doze linhas sendo licitadas, eu estive sete meses na COMEC, licitei todas as linhas que os contratos estão vencidos, mais de cem linhas. Quero dizer que é possível! É possível submeter à licitação, é possível fazer o jogo limpo, porque não adianta trazer o pneu na Assembléia Legislativa e dizer: "olhe, isso aqui está sobrecarregando a tarifa". É preciso o exercício funcionar, é preciso enfrentar! Quem tem caneta... o velho Ulysses Guimarães dizia: "por que tantos cargos? Para poder mudar, para poder transformar, é só para isso!" Porque ser Deputado, Prefeito, Comendador, Procurador ou Governador não significa nada se não for para mudar, para avançar!

Bem, eu lamento que não tenha mais tempo, mas vou adiantar os temas, porque acho que vai ficar até melhor porque são temas que eu desejaria submeter. Só este tema que eu tratei aqui se nós circunscrevêssemos só a área de transporte coletivo, não entrássemos na área de dragagem que está aqui versada, dragagem portuária, não entrássemos na área de inspeção veicular, não entrássemos em nada, só esta questão, são 33 bilhões de passageiros/ano no sistema federal que é o sistema de transporte internacional e o interestadual. Se tomarmos, por média, R\$10,00 por passagem internacional ou interestadual, estamos falando em 330 bilhões de reais girando na economia, extraídos diretamente da economia popular, sem licitação! A sociedade está completamente à mercê do jogo das elites, dos tubarões nas negociatas entre a administração do Estado! Não há nenhum controle, nenhuma regra prévia que defina como vai dar o reajuste, qual é o padrão da frota, qual é o itinerário, enfim totalmente a over drill da administração!

Quando se vem para o Estado são 157 milhões de passageiros/ano. Numa base de R\$ 10,00 por passagem estamos falando em um bilhão 570 milhões extraídos da economia popular, diretamente, sem licitação. E a diferença é a seguinte: é entre o filho do comerciante de Colombo poder ou não vir estudar em Curitiba ou então ter que decidir entre dois filhos quem vai estudar, porque a tarifa está totalmente à mercê. É saber se quem mora em Natal poderá visitar o seu filho, a sua filha que mora em Pato Branco, porque vai estar totalmente à mercê.

Então, só isso já justificaria o nosso debate, mais os demais temas sobre os quais tratei e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Segundo, nós falamos aqui da questão da concessão do serviço. Contrato COPEL/CIEN, que é uma matéria na qual eu diretamente funcionei. Valor estimado desses contratos: três bilhões de dólares. Demais negócios da COPEL: três fatos. São as demais parcerias da COPEL não precedidas de licitação. A questão das aplicações, esse contrato COPEL/CIEN é objeto de parecer meu de 2003, que recomendava a imediata cessação do contrato e o contrato veio aditado e mantido em circunstâncias que vou, aqui, indicar ao Sr. Presidente e Srs. Deputados. Os demais negócios da COPEL giram em torno de três eixos: são as aplicações do sistema financeiro, são os novos contratos...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requeiro mais dez minutos para que o nosso Procurador possa esclarecer melhor esses contratos, que envolve, para que possamos fazer as perguntas e a troca de informações.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Conforme o nosso Regimento, foi dado trinta minutos para a explanação e mais quinze minutos, e agora mais um minuto para a conclusão.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Temos o Regimento Interno e tem que ser zelado. O artigo 99 é claro. Acho que as dúvidas deverão ser dirimidas no questionamento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Teremos cinco minutos para perguntas que serão formuladas pelos Deputados que queiram se inscrever, e o mesmo tempo para que possam ser respondidas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, proponho a V. Exa., se possível, suspender a Sessão por alguns minutos para que façamos

uma reunião de Líderes para fazermos um acordo e abriremos mais espaço para o nosso ex-colega Bonaterra. Por isso convido o Líder do Governo, os Líderes dos Partidos para que façamos uma reunião para acordarmos uma proposição de aumento de tempo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Conforme foi colocado, dois minutos é tempo suficiente para o que ele tem para colocar.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Dois minutos, tudo bem. Levando-se em consideração que temos um Regimento Interno e tem que ser cumprido. Dois minutos nós concordamos que o nobre palestrante faça as suas considerações.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não compreendo assim, Sr. Presidente. Fiz uma proposta e naturalmente gostaria de ter a posição do Líder do Governo para ver se concorda de nós tentarmos aumentar o tempo.

Caso o Líder do Governo, Deputado Dobrandino, não queira, aí tenho que...

(Discussões em Plenário)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Queria fazer uma reclamação. O Procurador gastou quase 25 minutos fazendo comparações que de nada adiantou para nós. Filosófico na verdade. E nós não podemos agora gastar mais tempo e não sabemos o que vem para frente. Até agora confesso que estou decepcionado, porque não vi nada.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, esse assunto criou uma expectativa muito grande à sociedade paranaense. Esta sempre foi a Casa da ressonância da voz do povo. É da maior importância ouvirmos as denúncias que tem o Procurador Bonaterra, que foi um brilhante Deputado desta Casa. Nós precisamos ouvir, a sociedade quer ouvir, o povo está acompanhando e quer saber o que realmente está acontecendo. Não estamos aqui para condenar nem absolver ninguém. Estamos aqui para ouvir o Procurador Bonaterra.

Como é que nós vamos questionar, fazer perguntas ao Procurador se nós não sabemos o bojo de todas as denúncias que ele próprio divulgou e saiu nos jornais? A sociedade quer saber, o povo quer saber.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente eu não posso comungar com a manifestação do Deputado Dobrandino, Líder do Governo, com todo o respeito que tenho, mas quero crer que o ex-

Deputado Bonaterra, sábio que é, inteligente, dá uma aula filosófica de doutrina jurídica e há que ser respeitado. Eu acho que isso é perfeitamente compreensível.

A introdução que fez aos assuntos que quis abordar e agora, quando entra no mérito das questões que realmente são de importância para esta Casa e ao Paraná, temos que lhe conceder o tempo necessário para que possamos fazer esse debate amplo, que o Paraná possa saber aquilo que o Procurador Bonaterra tem a apresentar nesta Casa.

Portanto, aqueles que se colocam contrariamente a essa posição, com certeza estão se colocando contra a verdade, neste Estado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, ouvi atentamente o ilustre e particular amigo, Dr. Luiz Henrique Bonaterra. Claro que talvez haja um sentimento de frustração em grande parte, das palavras iniciais do Bonaterra. A expectativa criada por toda a sociedade, é que o nobre Deputado Bonaterra pudesse trazer denúncias relevantes à sociedade paranaense e entendo que ele começou a fazer essas denúncias há poucos minutos atrás razão pelo qual, interromper o Dr. Bonaterra neste momento, será deixar no ar uma suspeita muito grande, por parte dos Deputados da base do Governo que, se valendo do Regimento, poderiam impedir que essas denúncias fossem formalizadas e eu até quero dizer mais. Se o teor das colocações do Deputado Bonaterra continuarem na mesma esteira, com exceção das questões das concessões, acredito que todos nós, Deputados, Dobrandino, seremos tomados de muita frustração.

Eu acho que seria muito bom um acordo. Quem sabe, e estamos encaminhando um requerimento agora, pedindo mais uma hora para que o ex-Deputado Bonaterra possa formalizar, ou o tempo que ele tiver necessidade para enumerar. Por exemplo: com relação às licitações que foram feitas e consideradas desertas e que houve contratação com dispensa de licitação, enfim, as várias denúncias que tem o Deputado Bonaterra. Acho que é de bom alvitre para todos nós o ouvirmos pelo tempo que ele tenha necessidade.

Desta forma, acho que a sociedade paranaense vai se sentir mais tranqüila, o Governo vai se sentir mais tranqüilo e a Oposição por sua vez, se as denúncias forem enriquecidas ao debate do Plenário, automaticamente poderemos formalizar tantas quantas perguntas houver necessidade.

Caso contrário, estaremos todos nós aqui, Deputado Dobrandino, muito frustrados.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente. Dois minutos o orador falou que precisa. Então, dê-se os dois minutos ao Deputado Bonaterra, e vamos encerrar esse período.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Pela Ordem)

A convocação do companheiro Bonaterra deve-se a um pronunciamento que ele fez no encontro de uma corrente do Partido dos Trabalhadores.

Este pronunciamento do Bonaterra, no dia do encontro, passou de cinco minutos. Nós já estamos ouvindo há 45 minutos. Temos 54 Deputados que vão querer fazer perguntas e, certamente, na hora das perguntas todas as dúvidas, serão, com certeza respondidas pelo Bonaterra.

Portanto, peço a V. Exa. em respeitando o Regimento e os 54 Deputados que vão querer tirar as dúvidas, que a Mesa cumpra o Regimento e abra as inscrições para as perguntas.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir que didaticamente o Procurador Bonaterra nos desse algumas informações.

Por exemplo, nós presidimos a CPI da COPEL e outros companheiros Deputados participaram conosco:

- Contrato CIEN, recomendações que porventura existissem que não foram cumpridas e que não estejam sendo cumpridas.

- Outros contratos de parceria realizados pela COPEL.

Porque nós entendemos que esta Casa - bem como no discurso que o Procurador fazia e nas suas colocações filosóficas - cumpriu com o seu papel ao estar permanentemente fiscalizando, mas importante que nós saibamos outros que porventura não estejam ocorrendo, até porque fomos nós a denunciar ao Ministério Público, para que ações fossem tomadas, que me parece V. Sa. neste momento diz que não estão sendo tomadas.

Acho que é importante que tenhamos enumerados os fatos concretos, para que possamos, além do transporte coletivo que é um fato sobejamente conhecido por esta Casa e discutido por esta Casa e, infelizmente não resolvido há muitos Governos, mas que possamos caso a caso, irmos discutindo, irmos relevando e trazendo à tona, para que possa ficar esclarecida a opinião pública paranaense.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu acho que tudo já foi dito, é preciso apenas objetividade. Que o ilustre Procurador em rápidas palavras coloque os temas e, em cima deles, a gente possa fazer as perguntas objetivamente. A expectativa é grande, não podemos também esgotar o tempo e encerrarmos o depoimento do Procurador sob pena de que esgotou o tempo, se não foi dito sobre as denúncias especificamente anunciadas ou pré-anunciadas.

Então, que o Procurador apresente as denúncias objetivamente, que certamente o conjunto da Plenária saberá fazer as perguntas. Até porque os Deputados todos têm uma visão bastante ampla do Estado do Paraná.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a questão do encaminhamento que eu faria é no mesmo sentido que o Deputado Neivo Beraldin propôs, tendo em vista, que o prefácio meio alongado do nosso convidado na tarde de hoje prejudicou a entrada objetiva nos assuntos.

Então que ele enumerasse e, quando nós retornarmos as perguntas, ele possa recorrer mais amplamente sobre os tópicos, mas, que ele resumisse os vários tópicos que ele teria, teoricamente, denunciado nesse encontro do PT.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Mesa, diante das colocações e do próprio Sr. Luiz Henrique Bonaterra, que necessitaria apenas de dois minutos, para concluir e é um direito seu, dará dois minutos, então, para que se conclua o pronunciamento e logo em seguida serão abertas as inscrições, onde cada Deputado terá cinco minutos para fazer os seus questionamentos.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Os temas então versados:

- concessão de serviços públicos;
- grave omissão na remessa de projeto modificativo a esta Casa, na iniciativa de ação direta de inconstitucionalidade;
- na notícia-crime a Ministério Público Federal e Estadual;
- constitutivos de crimes em tese, comuns e de responsabilidade.

Fato dois:

- contrato originalmente firmado no Governo Lerner. Aditado no Governo atual, com lesões à COPEL e aos consumidores do Estado e normíssimas relatadas aqui e contra-recomendação expressa dada em parecer de minha lavra pela Procuradoria Geral do Estado em final de 2003. Demais outros negócios, aplicações, demais contratos mantidos, omissões graves.

Quer dizer, dando conta de que a subtração da COPEL aos leilões nacionais de energia, a recusa de submeter a COPEL aos leilões de energia, o contraste entre os resultados dos leilões nacionais de energia do Ministério de Estado da Energia e da ANEEL e os preços praticados aqui na COPEL, diferenças enormíssimas que poderia indicar a V. Exas. Obras e compras no Estado, as metodologias que havia desenvolvido em conjunto com todas as entidades e órgãos contratantes do Estado em 91 e 92, devidamente acervadas no IPARDES, chanceladas pelo principal instituto de pesquisa, estatística e matemática do País, abandonadas no Governo Lerner, e jamais retomadas no curso da atual gestão, com prejuízos enormíssimos ao Estado, quer dizer, as compras e obras todas estarem sendo feitas, segundo critérios que não são uniformes, e segundo uma metodologia que não guarda cientificamente com casos concretos.

A ausência absoluta de licitação no âmbito da CEASA em todas as compras lá efetuadas e não apenas aí depois da emissão de parecer descoberta de que estacionamento também é sem licitação. Enfim, até requerimento à Procuradoria Geral do Estado de dispensa de licitação para aquisição de veículos. A questão do pedágio, a estratégia política adotada nessa matéria. Dívidas do BADEP, dívidas bilionárias.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSD) (Pela Ordem)

A questão do pedágio tem que ser esclarecida.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Mas é exatamente, eu estou dando a V. Exa. o seguinte, V. Exa. pode me inquirir sobre obras e compras do Estado, questão do pedágio, questão da ausência de licitações da CEASA, V. Exa. pode me inquirir sobre outros negócios no âmbito da COPEL, sobre as dívidas e renegociações de dívidas no âmbito BADEP, sobre a dívida do Estado que hoje atinge doze bilhões e setecentos milhões, quer dizer, 70% de comprometimento. As emissões de letras financeiras, a questão dos contratos da BANESTADO Reflorestadora, e contratos no âmbito da Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Encerrado o pronunciamento.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)

Nós estamos submetendo à Presidência e à Mesa Executiva um requerimento pedindo que seja submetido ao Plenário a prorrogação por mais uma hora para que o Sr. Luiz Henrique Bonaterra possa elucidar as denúncias, que muito sinteticamente ele as colocou neste momento. Gostaria que V. Exa. submetesse a voto.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Artigo 99, porque o Regimento Interno da Casa diz que quando se pede Pela Ordem tem que anunciar desde logo o artigo que não está sendo cumprido.

O artigo 99, aqui não fala de Procurador, mas coloca o caso de Secretário de Estado. “Na hipótese de convocação o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembleia, ou da comissão, até a véspera de sua presença na Casa, de matérias de que virá tratar para distribuição aos Deputados”. Quer dizer, esse tópico não foi cumprido.

Aqui diz o seguinte: artigo 1º o Secretário de Estado, no início do Grande Expediente ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze pelo Plenário da Casa, ou da Comissão.

Portanto, esse requerimento sequer poderá ser aceito por V. Exa. porque ele é totalmente anti-regimental.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Há poucos dias, Sr. Presidente, veio aqui o Secretário dos Transportes, Waldyr Pugliesi, quando questionava a versão do Governo nas obras, quase saiu daqui tocado por alguns Deputados.

Até agora não esperávamos nada disso, Sr. Presidente, que o Procurador Bonaterra, a quem respeito bastante, quero dizer da amizade que sempre tive com V. Sa. e com sua família, que quando foi feita a denúncia, ou seja, o pedido de convocação de V. Sa., eu disse: “olha, conhecendo o nosso Governo, a nossa Bancada apóia a vida, porque inclusive a CEASA, inclusive citaram o leite das crianças, que foi comprado sem licitação, e nós, na verdade, temos em mãos, escrito por V. Sa., dizendo da dispensa da licitação. Então, pode-se imaginar que este Governo estava fazendo obras sem licitação. Não vimos, até agora.

Imagino que vão passar à interrogação dos Srs. Deputados, porque o Procurador não trouxe, até agora, o que nós esperávamos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Presidência não vai receber o requerimento, tendo em vista que o próprio orador já colocou que usufruiu do tempo necessário, explanou, levantou tópicos e deixou a oportunidade para que possam ser formuladas as perguntas. Era intenção do orador. E estamos cumprindo o Regimento, conforme o artigo 99.

Interpeleções:

Passamos à inscrição. O primeiro Deputado inscrito é o Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Solicito minha inscrição.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Solicito a minha inscrição, já que fiz verbalmente para o Presidente Hermas. Não sei se estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Temos inscritos os Deputados: Dobrandino da Silva, Nereu Moura, Neivo Beraldin e Luiz Carlos Martins.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Declino da minha inscrição. Já ouvi o Procurador e deixo para que outros façam suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo inscrito é o Deputado Nereu Moura.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sr. Presidente, solicito minha inscrição.

Deputado Nereu Moura (PMDB)**O SR. NEREU MOURA**

V. Sa. sabe da estima, da amizade e da consideração que tenho pelo senhor e por toda sua família. Nos longos anos de vida pública, caminhamos juntos, conversando, convivendo, enfim, tenho V. Sa. na condição de uma grande pessoa pública e de uma pessoa que tem um conhecimento fabuloso.

V. Sa. veio hoje a esta Casa trazer alguns relatórios, e nós aqui mostramos como é que se faz a coisa, porque em tempos pretéritos isto era impossível acontecer nesta Casa, que qualquer pessoa pública, de qualquer função, de qualquer nível, fosse convidada para vir aqui relatar aos Deputados deste Poder. Isto mostra a nova fase na qual vivemos, no Paraná. E nós, como Deputados, temos a obrigação e o dever de ouvir as informações e de havendo, na verdade, necessidade, de buscar, fazer a investigação cumprindo com nosso papel e nosso dever, de Poder fiscalizador.

Portanto, Deputado Bonaterra, as informações que V. Sa. traz, todas elas deverão ser ouvidas e exauridas. Todas elas terão que ser, na verdade, questionadas, porque não queremos que neste Governo se varra nada para baixo do tapete: não é vontade do Governador e nem é vontade dos Deputados que lhe dão apoio político, nesta Casa. Tanto que assim é que o Deputado Durval Amaral apresentou um convite a V. Sa., todos nós nos colocamos em pé para aprovar. É isso que desejamos.

V. Sa. falou que as linhas interurbanas intermunicipais - porque as linhas municipais, naturalmente, são da lavra do Município - intermunicipais do Paraná não sofreram processo de licitação, de concorrência. V. Sa. falou que em 1989 o Procurador do Estado entrou com uma ADIN para derrubar dispositivo constitucional que dava guarida a essa articulação e, depois, V. Sa. disse que não conseguiram ver corretamente que teria que ter sido colocado uma nova ADIN em relação a esse mesmo assunto.

Então não pude compreender qual foi e gostaria que V. Sa. esclarecesse esse assunto.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATERRA

A Constituição do Estado continha uma norma originária, e em 89, previa a prorrogação e renovação, por prazo indeterminado, de todas as delegações das empresas ditas tradicionais, entendidas como tais aquelas que se encontravam operando no instante da prorrogação da norma de 89. Em seguida à promulgação da Constituição, o então Governador do Estado, Álvaro Dias, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, subscrita em conjunto com o Procurador Rogério de Stephanie, e essa ação obteve liminar do Supremo Tribunal Federal suspendendo a eficácia daquela norma originária de 89. E essa situação se manteve.

Portanto, a declaração em série liminar de inconstitucionalidade se manteve até a revisão, pela Assembléia Legislativa, da sua Constitucionalidade, que afastou diversos dispositivos acoimados de inconstitucionalidades, entre os quais esse dispositivo, e a matéria foi, novamente, submetida ao Supremo, que declarou a perda de objeto daquela Ação Direta de Inconstitucionalidade. Claro: se a norma tinha sido retirada da Constituição, não havia mais necessidade de pronunciamento definitivo de mérito pelo Supremo Tribunal Federal.

Ocorre que, aproveitando-se dessa circunstância, o Governador Jaime Lerner remete à Assembléia Legislativa um novo projeto de lei que, sob o pretexto de instituir uma agência regulamentadora de serviços públicos, introduziu em dois dos seus dispositivos - era uma lei extensa de quarenta e tantos artigos, mas em dois desses quarenta ou cinquenta artigos - duas normas escarafunchadas, metidas lá no meio, escondidas com o objetivo de restabelecer o crime da dispensa de licitação indevida que havia sido declarado pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, é assim que com a remessa dessa mensagem à Assembléia Legislativa que foi aprovada por 38 contra cinco dos Deputados e volta à sanção do Governador que veta um dos dispositivos. O Governador Jaime Lerner vetou um dos dois dispositivos sob o argumento de que esse dispositivo seria inconstitucional e mandou à Procuradoria Geral do Estado e aí o que se tem no Parecer é a remessa ao Ministério Público. Inclusive nessa remessa do Governador do Estado da época dizendo "tal dispositivo é inconstitucional", ele deixava de mencionar outro que, se não fosse declarado inconstitucional, contra os mesmos efeitos.

Pois muito bem! A matéria vai à Procuradoria, na verdade, são dois os dispositivos inconstitucionais dessa nova lei que é a lei que cria essa agência de infra-estrutura que nunca foi instalada. Portanto, era uma lei clara, objetiva e dolosamente destinada a garantir a prorrogação, a renovação, a ressuscitação nas linhas, à vida do Governo Jaime Lerner.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

E essa lei foi originária do Governo Jaime Lerner?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Muito bem. Só que aí entra um novo Governo. O Tribunal de Contas diz: "é preciso licitar". Veio um parecer, aprovado pelo Procurador Geral do Estado, ainda no primeiro semestre; é preciso propor ação direta, e veio novo parecer com ação direta, com minuta de projeto de lei à Assembléia, com representação no Ministério Público Federal, e no Ministério Público Estadual, enfim, quinhentas laudas. É preciso encaminhar, é preciso enfrentar, e não se faz!

Portanto, a apuração que se demanda é tanta, quer dizer, por esse período de gestão governamental atual, como pelo período anterior, a tempo, quer dizer de essa matéria ser retomada. E vejam, Srs. Deputados, não é só

o transporte coletivo, porque estamos concentrados nisso, são todos os serviços públicos de infra-estrutura do Estado que estão contidos nessa lei e que pode se beneficiar desde as balsas que fazem a travessia até serviços mais complexos. Enfim, é uma matéria que requer remessa ao Ministério Público Federal, porque também há crimes contra a Administração Pública Federal e contra a economia popular no âmbito federal. Requer remessa ao Ministério Público Estadual para apurar todos esses interregnos, isto é, como é possível que o Supremo Tribunal Federal durante doze anos mantém uma liminar que declara inconstitucionalidade um dispositivo que viabiliza os procedimentos licitatórios e durante doze anos os procedimentos não se realizam? A quem favorece isso? Quem se omitiu?

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Dr. Luiz Henrique, na verdade a lei que teve incluída aqui a nossa contestação, que votamos contra aqui nesta Casa, e naquele momento nós denunciávamos a sua intenção, na verdade que encobria...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Peço ao Deputado Nereu Moura que conclua, cinco minutos já se esgotaram.

O SR. NEREU MOURA

Tenho direito à réplica e à tréplica, Sr. Presidente. O Regimento Interno está claro, estou dentro do tempo que o Regimento prevê.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

O senhor tem três minutos.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

O nosso convidado respondeu em cinco minutos, está aqui o Regimento Interno no seu artigo 99, parágrafo 4º, que me dá o direito da réplica e da tréplica também.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, tenho visto a preocupação do ilustre Deputado Nereu Moura com a questão regimental. Mas, está lá o cronômetro marcando seus cinco minutos. O Deputado não tem sido tão rígido quanto ele está exigindo na questão das exposições do Procurador que está aqui presente. Ou nós respeitamos o tempo ou não terminamos esta Sessão.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, estou absolutamente amparado pelo nosso Regimento Interno e vou ler aqui. Diz que: "para responder a cada interpelação, o depoente terá o mesmo tempo dado pelo parágrafo anterior, que é de cinco minutos". Parágrafo 4º: "serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de três minutos improrrogáveis". De forma que estou absolutamente amparado no Regimento Interno e procurando cumpri-lo com toda a rigidez.

Nós falávamos aqui, fomos contra esta lei que deu guarida a essa situação toda. Então, o Governo do Estado não pode neste momento fazer a licitação do transporte intermunicipal e estadual, porque V. Exa. falou também em transporte nacional que também não teve concorrência pública. V. Exa. citou aqui.

Quer dizer, o problema não seria só do Paraná, mas também a nível nacional. Porém, se derrubar essa lei o Estado não pode fazer o necessário e indispensável processo licitatório. Seria isso?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Sim, na verdade é uma origem. Aqui nesta pasta de autos suplementares há uma representação clara, da minha lavra, contra S. Exa. o ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, porque a lei federal de regência da matéria dizia: As licitações serão realizadas em prazo não inferior a dois anos.

Vejam o crime de lesa-pátria contra a República! A lei federal de regência da matéria nos serviços públicos dizia; é uma lei de 97: "as concessões terão vigência por prazo não inferior a dois anos". O Decreto Federal de S. Exa. ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, prorrogou por quinze, quer dizer, de 88 para 2008!

Então, temos aqui uma matriz, que é a norma federal, que é o decreto federal da lavra de S. Exa. o ex-Presidente da República. Daí vejam, essa é uma matéria que envolve ex-Presidente da República, isso não é questão que possa apenas o Procurador do Estado firmar e daí que essa matéria tenha subido e ascendido à apreciação de S. Exa. o Governador do Estado e para representar, contra quem?

Contra ex-Governador, contra ex-Presidente da República, contra, enfim, o sistema que se armava, e hoje a circunstância que está se abrindo é que a representação vai envolver os ex e os atuais. Essa é a situação! Essa é a circunstância!

Isto é, se não houver a remessa imediata dessa matéria, aliás, o que sucedeu nesse interregno na área federal e na área estadual.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Mas neste momento o Governo do Paraná está acobertado pela lei que a Assembléia aprovou.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Mas não há cobertura de lei manifestadamente inconstitucional.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Mas não é inconstitucional até que o Supremo declare que seja.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

V. Exa. tem razão, sim, mas, há dois casos, porque não há o interesse e aqui relato no parecer, que é um parecer superveniente, quando digo que estão comprando e vendendo linhas, não fazem plano diretor. Eu denuncio:

há uma decisão de Governo de não realizar licitação. Está aqui, que me foi dado porque eu procuro as informações, sou pago para isso, para buscar informações. Essa decisão é que precisa ser rompida pela Assembléia Legislativa, pelos Srs. Deputados.

Cito aqui dois casos: duas empresas vão à Justiça e pedem a prorrogação, isso há dez anos. A ação vem tramitando, vem a sentença, - sentença de improcedência, claro. O pressuposto, nos termos do artigo 175 da Constituição da República, é licitação. Vai para o Tribunal de Alçada; lá eu me dirijo, faço sustentação, peço remessa ao Ministério Público Federal. Eram duas empresas apenas; só que elas não alegaram a Lei Estadual, não alegaram nada. Isso é, elas obtiveram uma sentença desfavorável no primeiro grau e outra desfavorável do Tribunal de Alçada.

O Procurador Geral do Estado, com base em minuta, remete à Secretaria do Estado dos Transportes e DER para que, então, em relação a essas duas, se licite. Pois bem, aí consta que existiria uma outra decisão judicial impedindo isso, coisa que não chegou, pelo menos a mim não foi distribuído; eu era o Procurador responsável pela matéria.

Portanto, neste caso em que havia uma decisão transitada em julgado contrário às duas empresas, também não se realiza a licitação, Deputado. Então creio, e V. Exa. é uma das lideranças da Casa, que é preciso uma união patriótica, uma união popular, uma união democrática para viabilizar as licitações e proteger o interesse público que está ameaçado e gravemente comprometido com atos comissivos e atos omissivos constitutivos de crise, em tese, contra a República e o Estado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Quero só o direito da tréplica para terminar minhas dúvidas.

V. Exa. falou no seu pronunciamento que o mesmo erro que o Governo do Paraná está cometendo, o Governo Federal também está. V. Exa. tem conhecimento disso?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Veja, o fato é o mesmo. Não há nenhuma dúvida e está aqui relatado.

Isto é, na área federal S. Exa. o ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, firmou um decreto que, excedendo e contrariando a Constituição, prorrogou as concessões para 2008, e essa norma veio contrabandeada para o sistema local.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Aqui no Paraná tem um decreto do Governador Jaime Lerner, também.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Também há esse Decreto. Toda essa matéria era matéria de remessa ao Ministério Público Federal e Estadual.

Muito bem! Então, esse é um dado, não há nenhuma discussão sobre isso. Na área federal não me consta, inclusive fiz extensa pesquisa sobre se existiria alguma ação proposta pela Advocacia Geral da União, pela Procuradoria Geral da República que em tese estão legitimadas para isso e não há nenhuma ação do Supremo Tribunal sobre esta matéria. Não sei se há pareceres, quer dizer, estes cuidados e estas providências indicadas como nós temos aqui, quer dizer, os trabalhos estão aqui, prontos há quase dois anos! Há pareceres concluídos, há a minuta da Ação Direta da Inconstitucionalidade; basta a coragem para assinar a ADIN! Basta a coragem para assinar a mensagem de lei a esta Casa para derrubar estas normas antipopulares, lesivas e contrárias ao interesse popular, é isso!

Então se na área federal, por hipótese, Advocacia Geral da União, porque o Presidente da República, como o Governador do Estado, não pode evidentemente, pessoalmente fazer pareceres, fazer a ação; não há sentido. Se na Advocacia Geral da União que é a instituição homóloga à Procuradoria Geral do Estado houver este tipo de trabalho e não houver curso no âmbito da Presidência da República, a responsabilidade lá seja apurada, não sei. O que afirmo é que no âmbito da Procuradoria Geral do Estado estes trabalhos estão concluídos, estão cancelados pelos Procuradores, pelo Procurador Geral do Estado. Enfim, merecem curso!

Se só isso fosse retirado na reunião desta tarde, só isso, a remessa para apuração destes fatos todos, já seria suficiente e justificaria inclusive o meu exercício como Procurador do Estado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Eu concluo agradecendo os esclarecimentos, Dr. Bonaterra, e vou dizer que, neste tópico eu concordo com V. Exa., creio que nós, aqui da Assembléia Legislativa, precisamos tomar iniciativas. Inclusive já apresentei uma lei aqui nesta Casa que está tramitando nas Comissões para regulamentar esta questão.

O Deputado Neivo Beraldin tem um trabalho amplo, um levantamento detalhado em relação a este assunto e com a colaboração de V. Exa. com certeza esta Assembléia poderá dar uma resposta ajudando o Paraná a ter leis modernas e regularizando alguns gargalos que ainda têm na administração pública.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, S. Exa. Sr. Procurador, ex-colega Bonaterra.

Na verdade em 1988 quando elaboramos a Constituição do Estado, o grande tema, na oportunidade, foi o artigo 146 da Constituição do Estado do Paraná que dizia que as empresas de ônibus que tivessem exercido a função poderiam dar continuidade aos mesmos, sem licita-

ção pública. Um verdadeiro acórdão do Estado! Naquela oportunidade o Governador era o hoje Senador Álvaro Dias, que se empenhou ao máximo, mandando avião para o interior buscar Deputado; tivemos uma luta impressionante e não conseguimos vencer, por um voto foi colocado este artigo na Constituição privilegiando então o monopólio do transporte coletivo no Paraná, que é vergonhoso!

V. Exa. está cheio de razão, as empresas que prestam serviço poderiam umas concorrerem com as outras! Agora, o que não é lógico ir aos Campos Gerais pela Princesa dos Campos, ir ao litoral pela Graciosa, ao norte pela Garcia, sem que uma possa concorrer com a outra a fim de melhorar! O Estado não sobe porque dá aumento ao transporte coletivo! O último plano diretor deste setor foi feito em 1950; as concessões foram dadas em 1950, diz a lenda que foram por conta de um carneiro que um tal de dono de empresa de ônibus teria concedido para conseguir estas concessões.

Mas eu queria trazer a V. Exa. a minha indignação porque aqui, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, junto com meus colegas Deputados membros da mesma Comissão um trabalho exaustivo sobre a COMPAGAS, por exemplo, que foi criada sem licitação pública, com capital privado, sobre o próprio Porto de Paranaguá a Comissão fez um trabalho exaustivo mas não há nada mais gritante na história do Paraná, que o BANESTADO.

A privatização do BANESTADO. A avaliação do Banco do Estado foi feita pelo Banco Fator e o CCF Brasil, que não tinha sequer documentos para ingressar numa administração pública! Está por conta do Ministério Público Estadual.

A aplicação do dinheiro do Banco, R\$ 5,6 bilhões, também há divergências e está no Ministério Público Estadual.

A quebra do BANESTADO, que o povo do Paraná paga hoje, cinquenta milhões por mês, sendo que a última prestação vence em março de 2029, está na Procuradoria do Estado, o nosso parecer dizendo que: O Banco Central identificou um passivo de R\$ 2,8 bilhões de reais, a descoberto. Portanto, o Banco não tinha dinheiro para honrar os depósitos do povo e o Banco Central não tomou providências! Então, portanto, ele é co-responsável!

Então, também há na Procuradoria do Estado um Parecer da CPI do BANESTADO, que a caixa Econômica Federal cobrou juros extorsivos do Banco público do Estado do Paraná, na ordem de quatrocentos milhões de reais, que nós teríamos, em tese, direito de reclamar em nome do Estado.

Também foi aprovada pela Comissão, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, do BANESTADO do Paraná, uma lei onde extinguiu a exclusividade do dinheiro público, da questão da aplicação à exclusividade do Banco Itaú, porque o BANESTADO foi vendido com a exclusividade no edital de cinco anos.

Pois bem, aprovamos a lei aqui, o Governador sancionou, a Federação dos Bancos, no Supremo, derrubou, dizendo: “que há vício de origem. O Poder Legislativo não pode apresentar leis para a aplicação do dinheiro do Executivo.”

Agora estranho, houve essa deliberação do Supremo, não há de se questionar, mas cabe ao Governo do Estado imediatamente remeter a esta Assembléia, já que sancionou uma iniciativa deste Poder, para que essa matéria seja disciplinada, porque está na Constituição Federal e na Estadual: “Dinheiro público tem que estar em Banco público, só pode estar em Banco privado, desde de que tenha sido feita uma concorrência pública.”

Era isso, muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eu quero requerer à Assembléia, à Mesa, o inteiro teor desses depoimentos.

Fiz chegar ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas da União do Estado, e como também ao Procurador Geral do Estado, que aqui estaria esta tarde. Mas, que inteiro teor desses debates, as atas respectivas e notas possam ser remetidos à Procuradoria Geral do Estado, ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado, como também ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual, para que enfim, essas matérias possam ter consequência jurídico-política.

Sobre esses temas suscitados pelo nobre Deputado Neivo Beraldin, são matérias cuidadas por outros colegas Procuradores. O que posso afirmar é que nesse âmbito fiz chegar, e aqui, Deputado Durval Amaral, já adianto um tema, que foi um tema específico de representação, porque os Procuradores do Estado, isso é importante, eles funcionam por provocação externa ou interna, como também de ofício.

Por provocação interna ou externa, isso é, são provocados, recebem um processo e passam a funcionar esse processo.

Mas, os Procuradores, também nessa função, menos dos advogados, podem atuar de ofício, isto é, conhecem de uma inconstitucionalidade, de uma ilegalidade, de um ilícito e passam a adotar as providências.

Então, no âmbito do sistema financeiro, há um conjunto de contratos e, aqui o que eu estou propondo, Deputado Rossoni, Deputado Dobrandino são linhas. Essa é uma contribuição intrínseca, uma contribuição que um membro da Procuradoria Geral do Estado pode fazer com relação à Assembléia, a Assembléia em relação ao Poder Executivo e ao Judiciário e assim reciprocamente. Uma linha de investigação que deve ser desbravada e um véu que deve ser levantado concerne às dívidas do BADEP.

Eu fiz chegar e posso afirmar, Deputado Neivo Beraldin, que o Procurador Geral do Estado deu curso e que vem embasado nos seguintes termos: a Usina Central

do Paraná, devedora de 859 milhões 231 mil e 414 (segundo demonstrativo dos saldos contábeis emitidos em 31/07/96). Portanto 859 milhões, obteve em 27/09/2001, isso é mais de cinco anos depois - consolidação do débito então apenas 61 milhões 548 mil e 136. É isso com cláusula securatória de opção de pagamento por meio supostos créditos junto ao DER, INCRA, e CESP. Também conforme anexo em escritura pública de consolidação, confissão e reescalonamento. A COCELPA cuja dívida de 180 milhões do âmbito ainda do BADEP, segundo anexa relação alfabética de mutuários ativos emitidos em outubro de 96 obteve em 08/05/2001 consolidação do débito de 62 milhões e 231 mil, isto é, de 180 milhões, cinco anos depois cai para 62 de 859 milhões. De 859 milhões cai para 61 milhões cinco anos depois. E assim também a Trombini com outra situação.”

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, nós gostaríamos de ter aqui a benevolência do Deputado Bonaterra. Reconhecemos a sua competência, mas na verdade a forma como está sendo conduzida esta Sessão, nós estamos tendo dificuldade.

Inicialmente V. Exa. usou 90% do seu tempo contando a sua história e a sua trajetória, que foi, pelo que senti e pelo que presenciei nesta Casa, respeitável. As nossas perguntas têm tempo para serem feitas, mas quando V. Exa. faz uso, por exemplo, por exemplo, agora V. Exa. está fazendo a leitura desse documento importantíssimo, mas se fizer a leitura de todo esse documento certamente daqui a pouco já vai se esgotar o tempo regimental novamente.

Nós, na verdade, Deputado Bonaterra, gostaríamos que V. Exa. usasse de toda a sua inteligência, que não é pouca, para ser sintético, para ser explicativo, para ser didático, para deixar para esta Casa esta questão sinceramente, não estou conseguindo acompanhar onde V. Exa. deseja chegar, porque o objeto do nosso requerimento se fizemos a leitura aqui, V. Exa. tem momentos em que não está dentro do motivo para o qual foi convidado para vir a esta Casa.

Então, pela amizade que nutrimos, pelo respeito que temos pelo trabalho que V. Exa. realizou nesta Casa, por favor seja mais simples, seja didático, explique, traga-nos sinteticamente as denúncias para que possamos nos aprofundar nas questões, senão daqui a pouco, pelo que estou sentindo, vai faltar cadeia, porque vai para a cadeia o Lula, o Fernando Henrique, vai o Requião, o Lerner, o Álvaro, o Jaime Canet, os Deputados e até o senhor vai para a cadeia também, porque já foi Deputado. Nós não vamos sinceramente, Bonaterra, esclarecer a opinião pública, porque lá do outro lado desta televisão não tem Parlamentares; tem o povo simples que quer um Procurador de Estado didático porque quer entender o que é que V. Exa. veio fazer aqui nesta Casa. O que nós lemos nos jornais, foram denúncias e na verdade, V. Exa. fala sobre elas de uma forma tão subjetiva e tão distante de onde nós queremos chegar e onde nós queremos che-

gar. Se nós estamos tendo dificuldade de entender, imagina o cidadão que está lá na rua, que está na frente da TV e que também tem interesse de defender o Estado, dentro da sua humildade.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe questão de ordem na sua colocação.

Temos que continuar os questionamentos dos inscritos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Só para concluir. Deputado Bonaterra, nos encontramos em outra oportunidade para conversarmos sobre o interesse do Estado. Mas saio daqui decepcionado, porque esperava de V. Exa., brilhante como é, outro posicionamento.

Obrigado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o Deputado Rossoni fez uma consideração concordando com a necessidade de maior objetividade e ainda assim é bom dizer que o Deputado-Procurador do Estado, Bonaterra, fez os mesmos pronunciamentos, afirmações que aqui fez, na reunião do PT. Ele não se auto-convocou, nem mesmo foi a Bancada do nosso Partido que o convocou. Ele fez esse pronunciamento, motor de convocação, convocação essa feita pela Oposição e não vejo a Oposição fazer questionamentos objetivos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço ao Deputado André Vargas que encerre, porque não há questão de ordem na sua colocação.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Portanto, dizer que não é possível desqualificar desta forma como o Deputado Rossoni colocou. Apenas perguntas objetivas para que o nosso Procurador faça respostas objetivas.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL)

Sr. Presidente, faço uma solicitação à Presidência desta Casa para que requeira toda a documentação em mão do Procurador Bonaterra e ao mesmo tempo, solicitando ao Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão após requerer tal documentação, que o Presidente nomeie uma Comissão de Deputados para analisá-la.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu faço uma consulta ao Procurador Bonaterra, atendendo à solicitação do Deputado Luiz Carlos Martins, se é possível V. Exa. deixar aqui os documentos que

V. Exa. trouxe hoje, que eu encaminharei imediatamente à Comissão de Fiscalização desta Casa para análise e se posteriormente tiver alguma dúvida sobre as colocações de V. Exa., esta Casa reconvocá-lo-á para V. Exa. para fazer os esclarecimentos necessários.

Consulto V. Exa.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Sim, sob vigilância da Presidência da Casa e minha própria, nós podemos disponibilizar os documentos.

A questão a determinar, Sr. Presidente, posso me reportar à fala do Deputado Rossoni?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu só peço a V. Exa. para que seja mais prático nas suas respostas para que possamos agilizar a Sessão, porque nós temos ainda uma pauta a ser cumprida no dia de hoje.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Muito bem. A questão que foi posta pelo Deputado Neivo Beraldin, concerne ao sistema financeiro e operações que teriam sido encaminhadas à Procuradoria. Muito apropriadamente a isto, me reporte à questão do BADEP, porque é preciso e aí atendendo, (vamos a uma síntese) quer dizer, quem sabe não seja escândalo o suficiente a questão relativa à concessão dos serviços públicos e a matéria foi aqui relatada e em seguida, nós trazemos aqui as dívidas processadas, renegociadas no âmbito do BADEP, que bem merecem investigação do Ministério Público Federal, Estadual e da Assembléia Legislativa.

Isso...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só falo com V. Exa. o seguinte: V. Exa. não tem que sugerir nada a esta Casa. Esta Casa não está disposta a ouvir a interferência. Esta Casa tem autonomia. Quando achar necessário convocar alguém ou fiscalizar alguém, ela tem autonomia total para fazer esse tipo de ação. Nós não vamos aceitar aqui e eu não admito, como Presidente desta Casa, que se venha aqui querer impor aos Deputados o que devem fazer ou não!

A palavra continua com V. Exa.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

De modo nenhum, Sr. Presidente, de modo nenhum!

Ao contrário, como cidadão, posso recomendar, sugerir, submeter e estou hoje submetido à jurisdição da Assembléia Legislativa. A questão que concerne à objetividade, e eu estou aqui à disposição para os demais temas, eu não posso adiantar perguntas que não foram feitas. Pudemos tratar aqui apenas de dois temas.

Há uma situação, Sr. Presidente que me é desconfortável, quer dizer, particularmente desconfortável, que

como Procurador do Estado não posso propriamente nem acenar à Oposição e nem à Situação, porque esta é uma Casa eminentemente política. E evidentemente que são temas que terminam ingressando em áreas que são áreas tênues, do âmbito político. Sr. Presidente, aquela questão que foi posta como uma questão preliminar. Há outros temas em que é preciso Sr. Presidente, que podem ser objeto de investigação, como foram as questões do Banco do Estado. Daí haver dito que a questão do BADEP, que as renegociações de divisas não são renegociações havidas no passado. Quer dizer, as dívidas estão em curso, em execução. Daí a recomendação em relação a este ponto, que concerne aos temas atuais.

Estou à disposição dos Srs. Deputados sobre os casos da CIEN, contratados da COPEL ou apenas deixar os documentos para que...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Faço uma solicitação, para que V. Exa. deixe nesta Casa os documentos que nós vamos encaminhar à Comissão de Fiscalização. E tenho certeza que V. Exa., vai ser muito útil, porque com certeza vai ser convidado para vir esclarecer alguns dados sobre os documentos postos, aqui! Acho isso fundamental.

Tem a palavra o Deputado Marcos Isfer.

Deputado Marcos Isfer (PPS)

O SR. MARCOS ISFER

Presidente Hermas, eu gostaria de voltar ao tema COPEL, justamente porque esta Assembléia Legislativa cumpriu seu papel, fez uma CPI, levantou, encaminhou ao Ministério Público e encaminhou ao Governador, recomendações, e a informação que temos é que as recomendações foram cumpridas.

Por exemplo, o contrato CIEN, que V. Exa. disse que continua causando prejuízos ao Estado do Paraná. Nós temos informações de que a empresa que era atravessadora foi afastada. Temos informação de que os valores e os termos do contrato foram refeitos e que o contrato hoje é benéfico ao Estado do Paraná, uma vez que está adequado à norma legal e vigente dos bons contratos públicos.

Eu gostaria de saber se isso não é verdade. Se não o for, em que não é, para que nós possamos, sim, tomar as medidas.

Com relação a aplicações realizadas pela Fundação COPEL, foi outro tema levantado. Esta Casa denunciou e sabemos que o Governo do Estado tomou a medida de afastar os dirigentes da Fundação COPEL e que há uma investigação em curso. Se algo mais persiste com relação às aplicações do Banco Santos, feito por interesse e por recomendações de políticos nacionais, nós gostaríamos de saber o que mais há aí e que medidas, efetivamente, ainda cabem ser tomadas.

Com relação a outros contratos mantidos pela COPEL, esta Casa recomendou especificamente através de lei votada neste plenário, de que não houvesse, em hipótese alguma, mais nenhuma parceria aonde a empresa pública estatal COPEL ficasse minoritária com qualquer grupo privado, recomendação que está sendo cumprida, inclusive, com autorização que veio a esta Casa para a compra da participação acionária de um grupo privado, a ELEJOR, que hoje passa o controle à COPEL.

Então, nós temos permanentemente perseguido para que não haja qualquer tipo de prejuízo, principalmente a esta empresa, que foi fruto de tanta luta, no passado, para que não fosse onerada e vendida.

Da mesma forma com relação aos contratos da Reflorestadora BANESTADO. Eu li na imprensa, inúmeras vezes, que estes contratos teriam sido considerados por valores venais e que em seguida foram refeitas as avaliações e paga a diferença. Portanto, entendido por parte do Estado que eram uma boa negociação e que este contrato seria legítimo.

Eu gostaria de saber se não é verdade, para que também possamos tomar as ações devidas.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Consulta à Presidência se será respeitada a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Cometi um equívoco.

Quem estava com a palavra, inclusive, era o Deputado Luiz Carlos Martins e eu passei a palavra ao Deputado Marcos Isfer. Vou obedecer rigorosamente à ordem de inscrição.

Gostaria que nosso convidado respondesse, já, ao Deputado Marcos Isfer e posteriormente dou a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins, porque realmente houve uma interferência indevida no seu questionamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Sobre, especificamente, os contratos, são dois, entre a COPEL Distribuidora e a Companhia de Intercomunicação Energética - CIEN. Estes dois contratos são objeto de uma ação popular que tramita no âmbito da Justiça Federal e que tem como réus diversos agentes de Estado. São contratos de valor estimado em três bilhões de dólares. A COPEL não submete seus assuntos à Procuradoria Geral do Estado. Essa matéria só chegou na Procuradoria por conta e obra dessa ação popular que tramita na Justiça Federal.

Veio distribuído a mim, emiti em doze de dezembro de 2003 um parecer, que na síntese, recomendava, pelas razões ali apontadas, faltas de audiência pública, todos os contratos cujos valores sejam igual ou superior a cem vezes o valor da concorrência, ausência de licitação prévia, a circunstância de não haver projeto básico, enfim, pelas circunstâncias ali apontadas e não impugna-

das no âmbito interno do Estado. O fato é que se recomendava a cessação desses contratos.

Enquanto essa matéria estava em curso no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, e isso era de plena ciência da COPEL, foram firmados dois termos aditivos, sob o argumento de que a COPEL, esses contratos, apresentava prejuízos, deu-se a celebração de dois termos aditivos. O valor original máximo de mWh na cláusula quinta do contrato preliminar de aquisição de energia, 34 reais.

O que se dizia naquele parecer de 2003 que não havia licitação prévia lá na origem. Depois, sob pressão a COPEL apresentou uma licitação realizada pela ANEEL em 1997, uma espécie de exumação de procedimento licitatório. Naquele procedimento licitatório o preço máximo fixado era de 34 reais o mWh. Tanto o protocolo firmado no Governo anterior, como a licitação firmada na ANEEL, davam por preço máximo de 34 reais o mWh.

Aqui vou adiantando a resposta para o Deputado Marcos Isfer. Os termos aditivos foram firmados e fixaram um valor por mWh de 69 reais.

Vamos seguindo e num jogo de pura aritmética, quer dar aqui os prejuízos à COPEL e os trabalhadores do nosso Estado, tanto em decorrência dos contratos originais, como em decorrência dos termos aditivos.

Os termos aditivos reduziram o prejuízo, que se conta em milhões. Esses termos aditivos foram celebrados no final de 2003, enquanto estava a matéria sendo apreciada pela Procuradoria Geral do Estado. Era de plena ciência dos membros da COPEL.

Temos aqui estimativas de prejuízos pretéritos. Primeira hipótese: se tomado como parâmetro o valor máximo admitido na licitação promovida pela ANEEL, é nesta licitação que eles estão se baseando. Houve licitação lá na origem; aquela dava um preço de 69 reais o megawatt. Nesta hipótese, se tomada aquela licitação, estamos com um superfaturamento no contrato original, na vigência do Governo Jaime Lerner, de 63,69%, o que dá um prejuízo por ano de 159 milhões, 105 mil. E no período de 2000 a 2002, que foi o período de vigência, 462 milhões é o prejuízo da COPEL e dos consumidores.

Estamos falando da COPEL Distribuidora. A COPEL Geração participou em novembro de 2004 de leilões nacionais de energia, ofertando a energia a 57 reais o mWh, e está comprando, com base nos termos aditivos, a 95 reais o mWh. Então, nós temos, em relação aos leilões, aqueles contratos do Governo Lerner, o superfaturamento é de 96%. Aí eles foram reduzidos, e nestes termos aditivos o que a COPEL diz é o seguinte: "Nós não vamos mais discutir essa matéria, tudo o que passou, passou." Aí nós vamos pagar coisas que já estavam incluídas no próprio preço, que dá uma bagatela de quase dezessete milhões de reais, que são as linhas de transição.

Pois bem, na linha dos termos aditivos, mas comparando com o que? Comparando com aquela licitação lá antiga da ANEEL que foi apresentada, e comparando com o preço obtido nos leilões nacionais de energia que tinha uma média de 57 reais o mWh, e com o preço da

própria COPEL-Geração que está vendendo energia a 57 reais o mWh. Pois bem, comparando, nós vamos ter no novo termo aditivo, daí que continue havendo lesividade, e aqui Sr. Presidente, dentre as atribuições fundamentais desta Casa está a hipótese de sustentação de contratos tomados como lesivos ao Estado, que é uma matéria que soberanamente, poderá, a tempo e modo, ser apreciada, porque com base nos termos aditivos nós temos numa hipótese um prejuízo de noventa milhões de reais/ano, e no período o prejuízo, quer dizer, se mantidos os contratos com os termos aditivos, um bilhão, 170 milhões de reais é o prejuízo verificado, mesmo após os termos aditivos comparando com o preço ofertado pela própria COPEL, com a média de preços obtido nos leilões nacionais e comparando também com a licitação de origem.

De modo que então, nós temos aqui a seguinte situação, os prejuízos giram, eminente Deputado Dobrandino, aqui podem vir dizer crise de energia, termos complicados, termos de física, de matemática, mas há um fato que é indesmentível, que consiste no seguinte, se tomado como parâmetro o valor que foi o valor da licitação da ANEEL, 642 milhões, e se tomado como parâmetro o preço, que é o ofertado pela própria COPEL, e é o preço médio obtido nos leilões nacionais, o prejuízo contra a COPEL e o Estado do Paraná, e esta é a indicação do nosso parecer pela sustação já em 2003, imediata desses contratos, era de 844 milhões de reais.

O que mais é possível dizer, compare-se como se comparar, e aí o pedido de investigação que fiz, parecer era pela cessação de contrato, a COPEL, desatendendo, realiza os termos, não discute mais o passado, e além disso, contrariando pareceres da própria Procuradoria Geral do Estado, parceria sem licitação, enfim, é um quadro que requer investigação: por que a COPEL não desejava e foi até o Supremo Tribunal Federal para impedir e subtrair os seus leilões nacionais? Isso é matéria de investigação. É matéria dos Tribunais. Essa é a questão da CIEN.

Deputado Luiz Carlos Martins (PSL)

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Procurador Bonaterra, na verdade vou repetir um pouco daquilo que eu já havia repetido lá atrás, V. Exa. sabe que foi criado uma expectativa muito grande na sociedade paranaense com a sua vinda a esta Casa, todos perguntando o que é que o Procurador vai denunciar a respeito do Governo na Assembléia Legislativa. Criança perguntando, titio perguntando, vovô perguntando, vovó perguntando, todos perguntando quais são as denúncias que o Procurador Bonaterra vai fazer na Assembléia Legislativa. Essa questão do leilão da energia, olha que eu não sou economista, mas pelo o que eu entendi é gravíssimo, mas muito grave! Eu entendi que no leilão a COPEL compra a energia a 97,96. É isso?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

A COPEL, pelos termos aditivos, não vamos nem atualizar - compra a 97,95 e vende a cinquenta e tantos.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL)

E o preço original fixado era de 34!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL)

Então, a emenda ficou pior que o soneto! Agora, o povo está começando a entender. Isso é gravíssimo!

Procurador, eu vou até plagiar aqui um humorista que, inclusive, o ator pertence ao seu partido. É um grande ator, um dos melhores do Brasil: “vamos no popular!” Bem no popular: como que é a história do leite das criancinhas?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Sobre essa matéria eu emiti um parecer. A situação se punha do seguinte modo:

O Tribunal de Contas do Estado, em 91, antes, portanto, da Lei de Licitações, numa consulta feita pela Prefeitura de Curitiba e, depois, agregada por outros órgãos, firmou um entendimento que, dada a natureza jurídica da CEASA, haveria dispensa de licitação; as aquisições, em geral, seriam dispensadas de licitação e, assim, a CEASA ficou operando nesse tempo todo sem licitação, com base nessa resolução de 91.

Agora, em meados do ano passado, uma das inspetorias do Tribunal de Contas advertiu a CEASA de que essa matéria não poderia prosseguir com dispensa de licitação dado o advento posterior à resolução do Tribunal da nova Lei de Licitações, que é a Lei nº 8666, de 1993. Essa matéria ficou retida no âmbito próprio da CEASA ou nas tratativas internas, até que ao final do ano, essa matéria chega à Procuradoria Geral do Estado com pedido de urgência.

Como se tratava de um dissídio, de uma divergência entre a orientação do Tribunal dez anos antes, 91, 92 e a nova orientação de um dos seus órgãos, nós emitimos um extenso parecer indicando os meios de resolução dessa matéria que, a rigor e ao final de contas, teria que se fazer no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, entre inspetoria e Pleno. Essa era a divergência e a Procuradoria Geral do Estado, numa hipótese como essa, diz: é preciso instaurar um incidente no âmbito do Tribunal de Contas para que a matéria seja, em definitivo, resolvida.

O parecer, em síntese, introduziu um conjunto de questões, de ponderações que deveriam ser sopesadas pela autoridade para, ao final, indicar que não, que de fato é preciso licitar. Vejam, o Tribunal de Contas dizia que era preciso licitar apenas os produtos não-perecíveis, porque os perecíveis teriam uma regra própria. Com a remessa à Procuradoria e o parecer da nossa lavra, nós firmamos um entendimento com base na Lei de Licitações, na doutrina e na estrita leitura da lei que tanto os perecíveis, como os não-perecíveis têm de ser submetidos à legislação, todos, sem exceção, porque a lei diz que

os perecíveis são aqueles que podem consumir-se enquanto não for possível realizar a licitação.

Bem, a matéria seria estritamente técnica e o seria, não fosse o fato de dar resistência, isto é, não se submete. Quer dizer, a Procuradoria Geral do Estado diz: “não mantenham o contrato com a CIEN!” Aí vem uma instituição de Estado, sem justa causa diz: “Mantenham o contrato com a CIEN!” Vem a Procuradoria e diz: “Não mantenham essa regra!” Ou vem um outro parecer em substituição àquele que já havia sido dado e tudo com uma lógica, e aí a questão passa a assumir gravidade quando se considera o seguinte: Vinha a pergunta por que nós temos que submeter ao Tribunal de Contas da União. Sim, o parecer original dizia. Se depois vem um outro entendimento e diz que não, a regra é clara: tem que ter licitação, porque o que faz a exigência de licitação não é o parecer é a lei o que é de se estranhar nessa circunstância e aqui vem, começam a vir as informações, setor estratégico da Secretaria da Agricultura que opera diretamente nessas questões. É dirigente da Associação dos Produtores de Gado Leiteiro do Estado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL)

Como, Sr. Procurador?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Esse é um fato.

Eu aqui não sou tribunal, não sou juiz, essa é matéria de investigação. Não examinei o preço que está sendo praticado porque isso para mim não importa, o que importa é a impessoalidade. Agora, um fato, por quê? Quer comprar carro sem licitação? Quer comprar tudo sem licitação? Que história é essa? Quem é que está fazendo a apropriação dos preços? É o IPARDES? Quer dizer, essa é matéria de investigação, é uma coisa estranha!

Aí é que entra a questão da prova indiciária. Se tem um fato, a recusa em participar de licitação. Vem um parecer e diz que não. Aí fica forçando para obter um parecer para dizer, não, não precisa de licitação.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL)

Procurador Bonaterra, por que na sua opinião essa negação em aceitar a licitação? Por quê? Aí é que o povo quer saber.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Essa é a questão, V. Exa. tem toda a razão. A licitação é um princípio fundamental da Constituição ela é que segura uma relação alta, elevada, entre o Estado e o setor privado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL)

Mas na sua opinião como cidadão, por que essa negativa?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

E é generalizada.

Matéria de investigação: BANESTADO Reflorestadora. Se tiver de vir aqui falar, um cidadão tem que levantar a sua voz, quando não houver mais nenhuma árvore da BANESTADO Reflorestadora? Quer dizer, quando não houver mais nenhuma árvore, quando houverem derrubado todas, árvores de 25 anos vendidas a um real, dois reais? Sem licitação?

É um fenômeno, Sr. Presidente, Srs. Deputados! É o medo que o diabo tem da cruz! Esse é o fato.

E veja, estamos numa circunstância: no primeiro Governo houve uma decisão na primeira semana de grande alcance, não há mais convite - carta-convite, uma das modalidades de licitação. E durante o Governo inteiro, aí se deixou o Decreto 700, não havia mais carta-convite. É tomada de preço para cima, portanto, publicidade! Chegamos a níveis, inclusive aqueles valores de dispensa eram também licitados. Licitação geral. Hoje, o convite é permitido, resignação com a lei; afinal de contas, lei é lei.

Acho, eminente Deputado Líder do Governo Dobrandino, que aquela medida, o Decreto 700 emitida na primeira semana é uma medida que com certeza deve ser restaurada. Tomada de preços como regra. Não tem mais carta-convite. Mesmo nas hipóteses de dispensa há sistemas já aprovados que podem dar numa impessoalidade absoluta. E aí vai, CIEN, por que ELEJOR, por que CR Almeida? Tudo sem licitação?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL)

E o que passou, passou? Fica no esquecimento?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

É isso que está sendo debatido.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente.

O nosso Procurador está divagando, novamente.

Quando o Deputado Luiz Carlos fez a pergunta a respeito de coisa simples, voz popular: "Leite das Crianças", que é um belo de um programa e o Procurador...

Acho que V. Sa. é um sonhador, um "professor de Deus" que veio aqui tentar nos dar uma aula. Aqui! O povo do Paraná escolheu os Deputados que estão aqui! V. Sa. não pode, como intelectual, querer deixar duzentas mil crianças do Paraná sem tomar o leite que está salvando todas as suas vidas! Se morresse uma criança, sem licitação, já era válido o programa das crianças, e V. Sa. faz um pronunciamento no PT, vem aqui, toma conta da imprensa paranaense durante dez dias e agora vem aqui com a sua intelectualidade, vem querer nos ditar normas! Um governo sério que V. Sa. trabalhou no passado e sua esposa trabalha. Se V. Sa. não respeita o Governador, que sua esposa peça demissão do Governo.

Não admito, Sr. Presidente, que nesta Casa venham falar do leite das crianças, que salva vidas, de um Governo sério! V. Sa. com a sua filosofia petista, hoje,

talvez sonhador, querendo ser professor de Deus... Não aceitamos, Sr. Presidente!

Chega de demagogia e divagação! Temos o que fazer! V. Sa. pode ser um intelectual, mas não para ditar normas à gente simples que tem nesta Casa: advogados, agrônomos, veterinários e engenheiros! V. Sa. acha o correto e o Governo não tem que obedecê-lo.

Desculpe-me, Sr. Presidente, mas eu não agüento mais "laranjisse" nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Eu vou manter a ordem de inscrição. A palavra está com o Deputado Sr. Luiz Carlos Martins. V. Exa. encerrou.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral, posteriormente, ao Deputado Natálio Stica.

(Vozes paralelas)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, qual a ordem da minha inscrição?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

A ordem de inscrição que recebi do Deputado Pedro Ivo foi: Dobrandino da Silva, que já tinha usado a palavra: Nereu Moura, já usou; Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Durval Amaral, Natálio Stica, José Scarpellini, Elton Welter, Elza Correia, Ângelo Vanhoni e V. Exa. A inscrição que fiz aqui foi: Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado José Maria e Deputado Leite. Essa foi a ordem de inscrição que recebi.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

O Deputado Pedro Ivo - desculpe a sua ausência - cometeu uma grande falha. Eu pedi inscrição logo no início.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Deputado Durval Amaral com a palavra.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, permite-me?

(Assentimento)

Deputado Durval Amaral, não querendo interrompê-lo. Apenas para recompor um pouco. Parece-me que não é aqui o espaço para que coloquemos - respeito o Líder do PMDB, que veio aqui fazer as suas afirmações, Deputado Anibelli - que o Procurador é petista ou se fosse peemedebista ou qualquer outra denominação política, filiação, que faz com que as suas afirmações possam ser melhores ou piores.

Eu gostaria de ponderar, que não me parece, como líder do PT, que o fato de ser ou não petista, faça com que venha ou deixe de vir aqui.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Quero esclarecer que vou cumprir rigorosamente a ordem e não tem apartes aos Srs. Parlamentares. Quando o Parlamentar estiver usando a palavra será mantida a sua palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral, por cinco minutos.

Deputado Durval Amaral (PFL)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Dr. Bonaterra, acho que podemos dividir em dois momentos distintos: sua exposição e agora as perguntas onde as denúncias começam a saltar e efetivamente ficando mais evidentes. Pergunto a V. Sa. quem são os peculatórios da escrita, que estão investidos em função pública, para que V. Sa. não fique mal com os demais jornalistas do Paraná. Vou fazer todas as perguntas porque assim é o regimento, depois repito, se houver necessidade.

Na sua comunicação bilateral, o senhor se referia ao Governador? Em se referindo, alertou a ele esse termo aditivo da CIEN, de 34 reais o mW/h para mais de noventa reais, nos termos aditivos? Referiu-se a ele, comunicou-lhe com relação à falta de licitação nessas concessões públicas? Referiu-se a ele, denunciou outras irregularidades mais e quais as providências tomadas por Sua. Exa. o Governador? Quais os casos em que o Governo deveria ter feito licitação e que, na sua ótica, não o fez? Enumerar esses casos.

Teve conhecimento de outro contrato que foi rompido também com estardalhaço, como o caso da CIEN, no que se refere à administração dos Portos de Paranaçu, com a Dragagem Bandeirantes e depois os termos aditivos foram mais lesivos ao Estado e à administração dos portos, do que os contratos originais? O senhor tem conhecimento de outros mais contratos rompidos e depois aditivados pela Administração dos Portos de Paranaçu e ainda outros contratos mais rompidos unilateralmente pelo Governo do Estado e que posteriormente foram aditivados, tornando-se ainda mais lesivos que os contratos originais? O senhor tem conhecimento das aplicações realizadas pela COPEL no Banco Santos? Qual é a sua opinião sobre isso? Aliás, pedido de informação formulado pela Assembléia Legislativa, não respondido até hoje pela administração da COPEL.

O senhor tem conhecimento de contratos de locação de veículos sem licitação? Qual a sua opinião pessoal sobre os referidos contratos?

Os acordos firmados entre o Governo do Estado e duas concessionárias, “Caminhos do Paraná” e “Rodovia das Cataratas”, se na sua opinião são mais lesivos esses termos aditivos, porque desobrigam as concessionárias de realizarem investimentos na monta de mais de um bilhão e meio de reais, e se essa demanda do Governo do Estado que possibilitou, com esses termos aditivos, a redução das tarifas de pedágio, poderá, em um futuro

próximo, acarretar ações milionárias de indenização contra o Governo do Estado?

O senhor tem conhecimento que o Procurador Geral do Estado do Paraná tem se eximido de sua responsabilidade, não entrando com ação regressiva indenizatória contra agentes públicos, incluindo-se aí o Governador, por atos lesivos causados ao Estado do Paraná?

O senhor poderia citar em quais casos a Procuradoria deu parecer contrário e a administração direta e a administração indireta agiu de forma contrária aos pareceres da Procuradoria, dando efetivamente prejuízos ao Estado do Paraná?

Mais outra pergunta. Licitação dirigida pelo DER com a PETROBRAS, uma das licitações mais vultosas já realizadas no Estado do Paraná, onde apenas quatro empresas foram contempladas, excluindo-se do processo licitatório todas as demais empreiteiras do Estado do Paraná. Qual a sua opinião sobre isso?

Editais de licitação dirigidos, que acabam as licitações ficando desertas neste Governo e depois, com dispensa de licitação, são contratadas empresas no Estado do Paraná. Qual a sua opinião sobre isso?

Quais as irregularidades cometidas pelos atuais liquidantes do BADEP em renegociação das dívidas?

Isso para, efetivamente, elucidarmos e esclarecermos ainda mais algumas denúncias que pairam contra o Governo do Estado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só queria perguntar ao Sr. Procurador se ele fala em seu nome pessoal ou em nome da Procuradoria?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATERRA

Em meu nome pessoal e como Procurador do Estado, advogado e cidadão do Paraná. Falo como Procurador. Em nome da Procuradoria Geral do Estado fala o Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda.

Desconheço, quanto as minhas atribuições e mesmo fora delas, o contrato DER-PETROBRAS.

Não creio que o Procurador Geral do Estado tenha ou possa eximir-se de ações regressivas. Em relação ao Governador do Estado, talvez V. Exa. se refere a essa hipótese do Teixeira. Mas desconheço e não posso crer, na medida em que é de livre provimento o cargo de Procurador Geral; poderia surgir uma situação de conflito, mas a Procuradoria Geral do Estado, nesses casos, tem que resolver no âmbito do Conselho Superior. Então, desconheço que possa ter havido omissão do Procurador Geral nessa matéria.

Quanto a contrato de veículos sem licitação, desconheço.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, queria questionar à Mesa, porque a maioria das perguntas feitas pelo Deputado Durval não

fazem parte do mote de convocação deste requerimento para o qual o nosso convidado foi chamado hoje.

Não quero dizer que não sejam importantes, mas em função do esvaziamento do plenário, em função da hora, acho que deveríamos nos ater, exatamente, ao que preconiza o requerimento que foi motivo da convocação do Exmo. Sr. Luiz Henrique Bonaterra, porque senão vamos ficar até à 01h00 da manhã. Essas questões todas, acho que são pertinentes, Deputado, são importantes, mas que igualmente poderiam ser enviadas ao nosso convidado, para que enviasse a esta Casa as respostas desses questionamentos, e que nós nos atívéssemos aqui, exatamente, ao que preconiza o requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, é que no nosso requerimento, além do Programa Leite das Crianças, existe uma “entre vírgulas”, entre outras irregularidades, razão pela qual eu até acredito, Deputada Elza, que o Procurador está sendo extremamente sincero, está declinando que não conhece sobre essa licitação, sobre aquela. E acho que com bastante objetividade agora ele está, inclusive, respondendo algumas questões, se não conseguir responder todas, nós saberemos compreender, mas se V. Exa. concordasse que ele pudesse continuar declinando, acho que seria bem proveitoso, até em nome da transparência.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Eu fiz uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a Questão de Ordem, passo a responder-lhe.

O requerimento do nobre Deputado Durval Amaral, com o apoio de mais quatro Deputados, foi aprovado por unanimidade nesta Casa, para a concessão de serviços públicos e a falta de licitação no Programa Leite das Crianças, entre outras. Fala em graves irregularidades que o Procurador...

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Ou entre outras, podemos ficar aqui até às 05h00 da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Então, o Procurador está à vontade para responder ou não.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATERRA

Vou procurar atender na linha intermédia e me circunscrever de qualquer modo.

Sobre a questão da COPEL/Banco Santos, veja aí, ingressa naquela esfera que é a da atuação de ofício, isto é, o Procurador lê os jornais, tem notícias do fato, e requer que se instaure o procedimento interno de investigação.

Como é que um Procurador se conduz em um caso como esse? Dirige-se ao Procurador Geral do Estado, que

remete, requerendo diligências, providências, enfim, informações, para que possa instruir as ações.

Então, nesse caso eu noticiei o fato ao Procurador Geral do Estado que converteu em diligências à COPEL. Mas, aí nós fomos mais longe, a recomendação dada ao Procurador Geral do Estado e convertida em diligência é para que se estenda a investigação a todos os órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, porque sucedeu-se algo no âmbito da Fundação COPEL, há uma regra segundo a qual para cada reclamação há 27 outras não formuladas e existentes.

Então, se existiu um fato, ainda que isolado no âmbito da administração, de uma aplicação em desconformidade, e aí é que se deu a notícia, então na questão do Banco Santos a matéria foi dada a conhecer de ofício ao Procurador Geral do Estado e foi convertida em diligência e deve se estender a toda a administração do Estado.

Sobre os contatos bilaterais com S. Exa. o Governador do Estado, não, não mantive. As minhas comunicações são com o Procurador Geral do Estado, que por sua vez as faz com S. Exa. o Governador. Essa é uma regra que se daria em quaisquer circunstâncias e que se adiciona ao fato de que não me comunico com o Sr. Governador do Estado já há mais de dez anos.

Sobre os peculatórios da escrita, em verdade é um alerta. É muito comum que Deputados, dirigentes sindicais, lideranças, quer dizer, quando se põe em uma situação de conflito sejam arremetidos, quer dizer, é um furacão pelas estruturas oficiais, distribuição de releases, distribuição de notas, contra-notas, informações, contra-informações, aleivosias, ataques. E isso tudo mediante o uso da máquina, que é um fato público e notório.

Então, os peculatórios da escrita, quer dizer, aí vai uma advertência: muitas vezes um cidadão, ou atendente, ou jornalista que esteja ali servindo, não alcança o fato de que só o uso do computador, para atacar o Procurador de Estado em interesse que seja estranho ao Estado, como para atacar um Deputado, constitui crime de peculato, sobretudo quando isso envolve mobilização de veículos, envolve contatos, uso de telefones e assim por diante.

Então, alerta sobre a questão das liquidações do BADEP, isto também está na mesma linha, isto é, tomamos três casos como aqueles que relatamos, que embora tenham ocorrido no período anterior de gestão governamental, geram a mesma situação. Quer dizer, uma presunção de que novos casos poderiam se realizar nas mesmas bases.

Então, o que é que se fez? De ofício representei ao Procurador Geral do Estado, que por sua vez realizou diligências junto ao BADEP, prosseguir neste procedimento é uma tarefa que incumbe à Assembléia, ao Tribunal, ao Ministério Público e à própria Procuradoria, na medida que dispuser dessas informações. O fato é que não houve retorno desde essa representação, convertida em diligência; não houve retorno do BADEP para esclarecer este ponto.

Sobre as licitações, ausência de licitações, são estas que estamos revelando: na concessão de serviços públicos, concessão de uso de bens, quer dizer, terminais portuários, balsas, transporte, está nesta linha, no âmbito de CEASA, no corte de madeiras, da BANESESTADO Reflorestadora que é hoje a Ambiental.

Inclusive neste caso da Ambiental houve termos aditivos e aí eu me remeto a outro problema que é o problema dos aditivos das concessionárias. Neste caso estão destacados dois dos nossos mais brilhantes Procuradores que funcionam, não com exclusividade, mas que são os únicos Procuradores que respondem por essa matéria. Quer dizer, todas as demandas judiciais são cuidadas por dois Procuradores designados da Procuradoria em que eu atuo, que é a Procuradoria Administrativa.

Os termos aditivos firmados e aí é que vai a desconformidade porque eu atuei como advogado da União, neste caso, em defesa da União, quando houve aquela redução de 50%. O advogado da União que atuava no caso era eu, então daí a minha proximidade. Eu tinha também sido consultado pela então Bancada da Oposição, como advogado nessa matéria, depois voltei a ter contato com ela por razões públicas. A questão que se abre aí é bem simples. Aliás, de todas as questões que foram postas, foram veiculadas na imprensa, porque eu também não dei declarações diretas a jornalistas, exceto o jornalista Mazza e uma jornalista da Gazeta do Paraná; não falei com nenhum outro jornalista sobre essa matéria.

Mas no tema específico, neste ponto quero avançar, Sr. Presidente, no seguinte: sobre as ditas licitações dirigidas. Isto é, faz-se uma licitação, depois a licitação é deserta e se contrata diretamente. Esta é uma questão que me toca diretamente, na medida que foi uma decisão pessoal, funcional da minha esposa, como Diretora-Presidente da FUNDEPAR, em conjunto com o Secretário de Estado da Educação, Dr. Maurício Requião. O que se deu neste caso é que o Estado abandonou as metodologias que tinham sido formuladas em 91/92. Elas vinham sendo utilizadas até 95/96 e aí, por razões financeiras alegadas, o IPARDES deixou de fazer as pesquisas e isto se projetou no tempo, de modo que até agora e só agora a Secretaria de Obras veio lançar um sistema de preços que recupera aquele trabalho e dá alguns passos à frente.

Esse sistema significou uma elevação média da ordem de 28% em relação à tabela anterior, que era uma tabela de 2000. Como se esse sistema de preços viesse sendo anunciado há mais de um ano, porque no início do ano passado S. Exa. o Governador do Estado determinou à Corregedoria Geral do Estado que elaborasse esta metodologia, recuperando o já existente. Portanto, desde ali, e a ordem de S. Exa. o Sr. Governador, na ocasião, era de em 10 dias se concluir este trabalho. Como é um trabalho técnico, de relativa complexidade, a matéria veio se prolongando no tempo, de modo que só agora se lançou o novo sistema de preços, ainda assim circunscrito exclusivamente à Secretaria de Obras.

As licitações todas realizadas no último quadri-mestre, com base na tabela de 2000, em grande parte se frustraram, isto é: as empresas não compareceram ao procedimento licitatório e as que compareceram, apresentaram preço acima do máximo. Isto abriu uma situação básica que foi a seguinte: as licitações de obras escolares que estavam na Secretaria de Obras voltaram como cadáveres à FUNDEPAR, isto é, não houve um esforço, porque a dispensa de licitação em caso de necessidade pública das condições da licitação, é absolutamente lícita, e é um dever do administrador.

Isto é, há a necessidade de uma escola, quer dizer, a licitação se frustra nas condições do edital; é possível e é dever do administrador contratar. Aí envolve a apuração de responsabilidade. Quantas foram as obras que deixaram de executar, não só na área escolar, na área da saúde e em outras áreas da administração, por conta de não se ter uma metodologia científica de apropriação de preço? Essa é uma matéria de investigação, de responsabilidade. Quantos hospitais, quantos postos de saúde, quantas escolas deixaram de ser contratadas? Ao mesmo tempo a determinação, neste caso da Presidente da FUNDEPAR e do Secretário da Educação, foi a de remessa ao Ministério Público, inclusive houve comunicação com V. Exa. pronta, diferente de outras áreas de Governo que quando questionadas se insurgem contra os que questionam, quer dizer, reduzem os questionadores a um não.

Quer dizer, houve comunicação alta, elevada com V. Exa., comunicação com o Deputado Tadeu, comunicação com o Ministério Público, de modo que os procedimentos estão submetidos. É uma situação completamente diferente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Gostaria que fosse cumprido o Regimento com mais objetividade.

Esta explicação do Procurador de Obras Públicas, sei como é difícil para o governante licitar uma obra, chegam as empresas picaretas com o preço lá em baixo e acabam melando todo processo licitatório. Já sabemos disso.

Queria que o nosso Procurador fosse mais objetivo para que não ficássemos aqui a noite toda.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Só dizer ao nobre Dr. Bonaterra, que a minha pergunta não tinha nem sequer o escopo de comentar o caso da FUNDEPAR, que aliás a Dra. Sandra, logo quando questionamos isso, me ligou e me deu todas as informações. Não era o nosso objetivo ir a uma questão pessoal.

Infelizmente, está se tornando uma prática na Secretaria dos Transportes, no DER, em outras Secretarias mais, se coloca um preço máximo inexecutável. As empresas não conseguem cumprir, faz-se uma, faz-se duas licitações e depois se contrata a um preço muitas vezes superior àquele previamente estabelecido.

Algumas questões ainda podem ser esclarecidas. Gostaria que V. Sa. me explicasse sobre os acordos da Caminhos do Paraná e Rodovia das Cataratas, que “en passant”, V. Sa. começou a colocar e o raciocínio escapou.

Gostaria que o senhor dissesse em quais casos o Governo deveria ter feito licitação e não o fez, na sua opinião. Com relação à minha pergunta, dessa comunicação bilateral com relação a..., o senhor foi claro dizendo que faz essa comunicação ao Procurador Geral do Estado. Quais os casos que o senhor efetivamente comunicou irregularidades ao Procurador Geral do Estado e quais foram as providências ou a instalação de diligência feitas pelo Procurador ou não feitas? E ainda com relação à Dragagem Bandeirantes ou às irregularidades possíveis no Porto de Paranaguá, se V. Sa. puder explicar. Eu me dou por satisfeito.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Sobre a questão do pedágio, eu afirmava que há dois procuradores destacados para essa tarefa, de modo que não há nenhuma questão com relação à estratégia jurídica do caso. A questão que foi suscitada desde a minha atuação como Advogado Geral da União, ela está repetida aqui no dossiê, que é o dossiê de Governo, está no site oficial, em que se afirma o seguinte: “num certame sem competição, sagraram-se vencedores seis consórcios de empresas que ofertaram a recuperação de apenas 308 quilômetros...” e aí segue à frente disse: “...cabe registrar que o Lote 5, de maior extensão, maior volume de tráfego - portanto, bastante disputado no certame - ao final, os três consórcios concorrentes nesse Lote associaram-se e formaram a Concessionária Rodonorte para exploração do negócio.”

É aqui que está. Nos termos do artigo 59 e *caput* e parágrafo único da Lei de Licitações: “Quando, para nulidade, o contrato tenha dado causa, afasta a pretensão de indenização”. Não é a possibilidade de, quem tenha dado causa à nulidade, aproveitar-se da nulidade.

A questão aqui está nos seguintes termos: redução de valor de contrato. Não precisa de negociação com concessionária, porque a Lei de Licitações prevê que todos os contratos administrativos podem ser majorados ou reduzidos em até 25%. Portanto, quando em resposta agora: “Ah! No pedágio baixamos 42%!” Ora, legalmente, sem conversar com concessionária, sem discussão, sem mesa, unilateralmente o Estado, por força de lei, pode reduzir em até 25%. Portanto, de qualquer redução que se cogite, é preciso já partir disso - 25% é fava contada por força de lei. O problema é de estratégia, não jurídica. É de estratégia política, porque se o Governo afirma no seu dossiê que não houve efetiva disputa e se a essência da licitação é a efetiva disputa, a hipótese é de nulidade.

Então, enveredar para encampação, que envolve indenização, enveredar para desapropriação, que envolve

indenização, enveredar para outro campo qualquer que não seja decretação de nulidade é na verdade, erro fundamental de estratégia política e aí é que nestas derivações, encampação, caducidade, desapropriação, (e foram todos esses termos apreciados pela Assembléia) é aí que gira o problema.

Quer dizer, se os Termos Aditivos ficaram mais gravosos, esta é uma matéria de auditoria legal e de engenharia. Essa questão não é uma questão que se possa afirmar: “Não, há um sobrepreço ou houve um gravame maior”. Não é possível afirmar isso. O que eu quero afirmar é que do ponto de vista de uma estratégia política, de efetivo enfrentamento, quer dizer, de um sistema licitatório viciado, esta foi a arguição que eu fiz desde a Advocacia Geral da União.

O procedimento licitatório está viciado na origem. É o caso da CIEN. Está viciado na origem. Então, cria dificuldade, depois vende a passividade. Não é possível! É esta insurgência que eu faço como militante do Partido dos Trabalhadores, como cidadãos. Porque contratos rompidos, “ah! Porque há muitas rupturas de contratos no Paraná...”.

Não há ruptura nenhuma e é esse o problema. Quer dizer, eu sou do grupo de quatro Procuradores que enfrentou o esquema do bingo. Fechamos, mas tem quinze, vinte mil estabelecimentos de jogo de bicho abertos! Essa é a situação! Essa é a situação! Quer dizer, qual a ruptura de contrato? Ruptura de contrato eu sei. Um contrato da COPEL que foi rompido, que é um contrato de dezoito milhões, lesivo, que levou à prisão ex-dirigentes do Estado e no qual eu funciono, mas rompido, porque já tinha sido tudo pago.

Agora, ruptura de contratos? Que contratos foram rompidos? Quer dizer, não há ruptura de contrato! Pode haver um ou outro, mas contratos que são contratos que interessam, contratos de pedágio, este é o enfrentamento na minha opinião. A estratégia política é decretação de nulidade, decretação de nulidade!

Aí remanesce mais um tema que é o problema da dragagem.

O problema da dragagem e nesse eu não funcionei como Procurador mas sim como advogado do empresário Maurício Xavier, que atua no setor de dragagem e venceu o procedimento licitatório no Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Portanto, aprendi a conhecer a matéria aí. Já antes disso, eu já afirmava o nosso parecer, porque já havia notícia que seria adquirido uma draga própria, que é a grande saída, que, aliás, a matéria foi submetida à CPI do Porto de Paranaguá, a idéia de aquisição de uma draga própria, mas o centro desta questão da dragagem, na orientação que dei ao meu constituinte na ocasião, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, no centro deste há outros, mas na perspectiva dada e, que repito aqui, concerne ao esquema de cartel que se abriu e que armou e que se mantém no País, no setor de dragagem.

Há aqui um relatório, Sr. Presidente, dando conta que nos portos do Brasil, ou é a draga Porte ou é a Bandeirantes. No Porto de Paranaguá, é a Bandeirantes.

Houve toda aquela situação, vamos quer dizer enquadrar e, houve uma renegociação no contrato. Mas eu quero afirmar que se examinasse aquele procedimento licitatório, pelas suas cláusulas. Não porque tenha sido neste ou naquele governo. Não! Em todo o Brasil há duas empresas. Sabe como essas empresas fazem, Deputado Dobrandino?

Elas estabelecem um edital de licitação ou no procedimento de cotação de preço, que tem que ter uma capacidade de cisterna da draga de cinco mil metros cúbicos. Foi assim que eles fizeram lá no porto de Rio Grande.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Dez mil.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONTATURRA

Lá foi cinco mil. Só que cinco mil metros cúbicos, só tem duas companhias no Brasil, que contam com uma draga com essa capacidade. Quais são? Draga Porte e Bandeirantes!

Portanto aí é um sumidouro de dinheiro!

A orientação que vem a ser dada pela Assembléia Legislativa e pela Administração Portuária, deve conter esse aspecto, sobre se essa renegociação feita com a Bandeirantes, se tornou mais lesiva, veja eu sempre avalio, que em septo, em hipótese, absolutamente anômalas, quer dizer absurdas, uma renegociação não deve se tornar a situação pior.

Agora o fato de uma renegociação tornar a situação melhor, um pouco melhor ou muito melhor, não desfaz o ilícito originário. Isto é, se existe ilícito na origem, não é possível reduzir o tamanho, do prejuízo e da lesão e do ilícito. O ilícito, V. Exa. é jurista, sabe disso.

Então, parece que a situação seria, Sr. Presidente nesse nível, naquele instante; a perspectiva é que nós posamos distanciar um pouco, porque há problemas, em todos os Governos.

O Deputado Anibelli, com sua combatividade, aceitou aqui, quer dizer questão. Quer dizer que do modo como nós vamos, todos somos culpados. É a minha avaliação, eu carrego comigo todos os pecados do mundo. Este é o drama do homem da Terra. Não homens e mulheres absolutamente puros, que estejam isentos, não, todos nós temos uma responsabilidade em relação a isso.

Deputado Natálio Stica (PT)

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Dr. Bonaturra a quem eu tenho a honra de ser seu amigo e amigo da sua família. Conheço o seu trabalho de muitos anos, e procurei me espelhar ou

espelhar a minha vida, parte dela na ética que V. Sa. conduz o seu caminho.

Então é o apreço que eu tenho por V. Sa.

Este é exatamente o motivo que me traz aqui. Aprendi com V. Sa., também, ter o senso de justiça. Fui Líder do Governador Requião nesta Casa, até dias atrás e fui, não pelo cargo, eu era Vice-Presidente nesta Casa. Fui Líder do Governo Requião, porque acredito no Governo Requião, acredito na sua maneira de governar. Tenho certeza que tem erros, mas muitos erros, a maioria deles por excessos, porque ele quer acertar. Tenho certeza, que o Governador tem feito e tem se pautado em seu Governo pela ética e pela seriedade.

Por isso faz que eu venha fazer alguns questionamentos, em cima de alguns depoimentos com os quais não posso concordar.

Primeiro, quando V. Sa. cita o contrato da COPEL e da CIEN, um contrato de três bilhões, que deveria não ter sido feito pelo Governador Requião. Vamos lembrar que este contrato que V. Sa. falou, feito pelo ex-Governador Jaime Lerner, é mais de 15 bilhões. E o Governador Roberto Requião, de imediato, quando assumiu o Governo do Estado, questionou e não aceitou esse contrato.

Tenho que dizer aqui, e inclusive assumir isto publicamente, que membros do nosso Partido, na esfera federal, fizeram críticas ao Governo do Estado do Paraná, dizendo que era um Governo que não iria cumprir contratos, que era um Governo que estava colocando o chamado “Bispo Requião” e que não poderia, naquele momento de mudança no nosso País, a quebra de contratos. Críticas feitas por nossos companheiros, lá em Brasília. E o Governador Roberto Requião foi duro, firme e nas negociações reduziu em 12,5 bilhões o contrato da COPEL com o CIEN. Está indo para três bilhões o contrato, que era de 25,5 bilhões, portanto, deixando um contrato vantajoso para a COPEL e o Estado do Paraná. Repito: se teve um erro, foi por excesso de zelo. Acabou baixando em 12,5 bilhões.

Os outros contratos, um ainda está em vias de negociação, que é o contrato com a El Passo, que a COPEL, junto com a PETROBRAS, são sócias no projeto aqui em Araucária, na termelétrica, que era um outro contrato abusivo e que está sendo objeto de negociação. Eu mesmo tive oportunidade de participar, em Brasília, junto com o Governador e a Ministra Dilma Rousseff, por duas vezes, discutindo este caso, que ainda é pendente, mas já caminha para um acerto. E o outro, um contrato com a NERJ, que detém a hidrelétrica em Tiquira, aonde também era um contrato lesivo à COPEL e que se estes três contratos tivessem dado sequência, certamente nós não teríamos mais a COPEL, pois seria uma empresa falida.

As ações do Governo do Estado em relação à COPEL trouxeram resultados. A COPEL foi receber um prêmio, agora, na Meca do capitalismo mundial, Nova York, na Bolsa de Valores, pela empresa modelo das

Américas, pela sua competitividade e pelos acertos que tem feito. Portanto, o Governador tem agido com muito rigor nestas questões de contrato.

Os leilões da COPEL: também tive oportunidade de participar em Brasília de uma briga - no bom sentido - entre o Governador e a Ministra Dilma, por conta dos leilões. E disse, aqui desta tribuna, quando ainda Líder do Governo, que ambos estavam certos nos seus objetivos. A Ministra Dilma, com toda razão, porque o leilão possibilita - e está comprovado isto - a energia mais barata para acesso a toda a população, dando condições à população brasileira pagar uma energia mais barata. Portanto, acertada a decisão da Ministra Dilma Rousseff. Por outro lado, estava correto o Governador Roberto Requião quando defendia a COPEL, a empresa do Estado do Paraná, e o Paraná, que tanto é penalizado, por conta da energia. Nós, que somos maiores produtores, áreas grandes alagadas, perdas, e o ICMS da energia fica no local de consumo.

São Paulo, por exemplo, fica com o ICMS da energia do Paraná, por falta, repito daqui e já falei desta tribuna, por falta de um bom combate dos nossos Parlamentares, lá em Brasília, que não souberam ou não tiveram a competência de fazer a defesa do Estado do Paraná.

O Governador Roberto Requião, quando foi contra o leilão e arduamente fez esta defesa, porque ele sabia que a COPEL iria perder com isto. O leilão traz, no seu bojo, uma novidade que é a energia nova e a energia velha, sendo que a energia nova é mais cara, e a energia velha, mais barata, porque já está paga com dinheiro público a geração dessa energia, e a COPEL se enquadra na energia velha, portanto, energia mais barata. É prejuízo para a COPEL entrar nesse leilão. O Governador foi contra até o último instante. E para não entrar numa briga com o Governo Lula, aonde todos perderíamos, é que então em último caso fechou-se uma negociação, diminuindo o tempo. Não tenho aqui os números, mas se não me falha a memória, oito anos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de perguntar se os cinco minutos eram para fazer perguntas ao nosso Procurador, ou para fazer defesa do Governador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço ao Deputado Stica que conclua a sua primeira etapa.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Mas eu uso como quiser, Sr. Presidente. Aliás, não com o tempo que usaram os demais que me antecederam, mas da maneira que eu achar que melhor me convém.

E ainda gostaria, para terminar a primeira etapa, dizer que a questão do leite que atinge os 399 municípios, ele era comprado em 2004, em média de zero a 89 centa-

vos; em 2005, 92 centavos, e o preço máximo pela Associação de Produtores e Compradores de Leite é de 97 centavos, e o mínimo de 87. Portanto, comprando na média e sempre na parte baixa da média.

Agora, o Governador errou por não fazer a licitação, errou por excesso de zelo, porque se fizesse a licitação conforme manda a lei, quem é que ganharia a licitação do leite para 399 Municípios do Paraná? Certamente a Parmalat, ou uma grande multinacional do leite em nosso País! Qual foi a preocupação do Governador Requião? Em que os pequenos produtores, os microprodutores na sua região tivessem a oportunidade de, produzindo o leite, vendê-lo, para que fosse alimentar as crianças. E é isso que tem feito, é isso que tem dado certo. Tenho outras ponderações que usarei na minha réplica.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. não questionou, não fez nenhuma pergunta ao nosso convidado.

O SR. NATÁLIO STICA

Fiz as ponderações que eu gostaria de fazer.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Nobre Deputado Natálio Stica, tenho que V. Exa., como os demais Deputados, haverão de alcançar a um fato, fato número um, denunciavam no parecer de 2003 falta de projeto básico, inexistia projeto básico. O que significa?

Não há parâmetro para saber se uma renegociação é boa ou é ruim, não tem um parâmetro de um orçamento detalhado de preço, enfim, os elementos instrutores do contrato! Não houve audiência pública, fez-se esse termo aditivo já na vigência de uma lei que exigia o leilão, e aí se afirmava naquele parecer da minha lavra que não havia licitação lá na origem, porque aqui se firmou com dispensa! Ocorre que depois de pressionada, a COPEL agora, atendendo a uma diligência do Procurador Geral do Estado, encaminhou à Procuradoria Geral do Estado a documentação, dando conta de que tinha havido, sim, uma licitação feita pela ANEEL em 1997, caso clássico de exumação de procedimento licitatório. Pois bem, o que fizemos?

Tomamos aquela licitação realizada pela ANEEL; não são esses leilões agora. Tomamos aquela. Disseram: "não, o que vale é aquela licitação". Qual era o preço? Trinta e quatro reais. Trouxemos para a data-base dos termos aditivos, abril de 2003, qual o preço? Sessenta e nove reais o mWh. O preço renegociado foi em 95 reais, portanto, há aí uma diferença de 25, 26 reais o mWh, que quando se projeta, veja, a hipótese é de dispensa de licitação, depois se diz que está baseado numa licitação lá na origem, e o que se constata é que está acima do preço máximo estabelecido na licitação de 97 pela ANEEL, isto é, uma diferença de quase trinta reais, o que gera esses prejuízos que foram aqui indicados, isto é, um

bilhão, 170 milhões. Um bilhão, 170 milhões é o prejuízo, se tomar por parâmetro a licitação da ANEEL de 1997, que a própria COPEL diz: “que é nessa base que temos um termo aditivo e os contratos”. É um bilhão e duzentos milhões.

Esse fato por certo deve ser comunicado ao Governador, que não pode alegar que desconhecia essa circunstância. No Senado, ele trabalhava, a Light estava operando a 47 reais o mWh. E reclamava do fato que se vendia ao consumidor por trezentos e tantos reais.

Pois bem, hoje estamos falando de quase cem o mWh. Com toda vênia, Deputado Natálio Stica, seja por energia nova ou energia velha, há superfaturamento aqui de bilhões! São números! O X mais o Y é mais sólido que a pirâmide de Quéops!

Este número está sendo conhecido pela Assembleia Legislativa e será conhecido pelos demais órgãos.

Sobre o problema da compra do leite, não há nenhuma nota em relação ao programa. A questão é quanto ao método da sua formação. Para atender os pequenos fornecedores, que essa é uma preocupação também legítima, a própria lei assegura a possibilidade de ofertas parciais. Não é um procedimento licitatório que seja “o bicho”, não. É um procedimento licitatório que assegura transparência. Não é o programa do leite em si, mas é o método da sua realização.

Concluiria afirmando que essa questão, há no parecer aqui um relato de dezembro de 2003, circunstanciado, sobre como se deu isso.

Inicialmente quando chegamos na COPEL, afirmava-se que os contratos teriam seu prazo de vigência reduzido, de vinte para sete anos. A uma dada altura da discussão surgiu - isso está relatado - a seguinte estória: “vamos manter um contrato e vamos, em relação a outro contrato, rescindir. E para rescindir esse contrato, vamos pagar 140 milhões”. Eu falei: “não é possível! Como pagar 140 milhões? A que título? Não tem trabalho, não tem capital, é um contrato nulo, inclusive na origem”. O Diretor-Jurídico chama o Diretor da COPEL e relata - isso em 2003 - livremente: “se mantivermos esse protocolo que firmamos, os nossos bens vão ser indisponibilizados”. Uma tradução livre ali no debate. O fato que esses 140 milhões seriam pagos. Eu me insurtei no próprio momento, Deputado Dobrandino. Entra dia e sai dia. Disse que estava preocupado. “Preocupado com o quê, Procurador?” Disse: “com os 140 milhões”. “Mas o senhor não tem mais com o que se preocupar! Não vamos pagar 140 milhões, mas também não vamos rescindir o outro contrato, mas também não vamos reduzir a sete anos”. Então eu falei: “mas então os senhores vão pagar de outro modo!”

Isto é, ao final das contas, deixaram os contratos em treze anos. Vem aqui uma afirmação grave, porque na questão do transporte eu afirmei aqui: “agente categorizado e em circunstâncias específicas revelarei”. Afirmou que se tratava de decisão do Governo não realizar licitações na área de transporte coletivo. Pois bem, nesse caso

a CIEN, eu disse: “os senhores não façam isso!” Eles responderam: “isso está decidido. É decisão de Governo!” É decisão de governo pagar um bilhão e tanto a mais na área de energia?

A COPEL-Geração oferecia 57 reais, em média. Não é só a COPEL que ofereceu, a média do leilão nacional foi 57 reais. Compraram por preço de 2003 a 95 reais que dá, hoje, mais de cem reais e, ainda, pagaram por linhas de transmissão que já estão contempladas no próprio preço da licitação e no próprio preço do contrato, outros dezesseis milhões. Quer dizer, cláusulas estranhíssimas e, ainda, uma outra cláusula em que a COPEL não discute mais o passado. Isto é, se havia superfaturamento por que é que sentaram para renegociar? “Ah, porque tem superfaturamento, porque tudo que está no Governo do Lerner é um problema”. Muito bem, então renegocia. “Aí baixa um pouco o preço”. Sim, mas o pressuposto é o seguinte: se for uma patifaria, como está, aqui, patifaria de quinhentos milhões na área de propaganda no Governo do Lerner, daí vem à declaração do Ogier Buchi: “agente categorizado do Estado”. Quer dizer, afirma o que afirmou. Tem que apurar. Era de se mostrar.

Então, se havia um problema na gestão, quer dizer, como é que se tem um contrato superfaturado, e vê já uma outra situação? Há aqui uma minuta que consta dos documentos, Sr. Presidente, que o servidor público tem fé pública daquilo que afirma e que o Governador, em conjunto com outra autoridade da COPEL, afirma que o necessário para suprir as necessidades da COPEL seria 100 mW, mas que os patifes estavam pondo Araucária, CIEN e mais esse outro contrato, enfim, quer dizer que era o mundo, estavam querendo empurrar 1100 mW. Pois bem, renegociar esses contratos! Vejam, palavra de S. Exa. o Governador, eram necessários 100 mW para suprir a necessidade da COPEL. Aí, a renegociação, o que eles fizeram?

Quatrocentos mW só nesses dois contratos! Se eram necessários cem, por que se contratou quatrocentos e por esse preço?

Aí vem a autoridade da COPEL e diz: “não, mas é decisão de Governo!” Ora, decisão de Governo obedece quem quer e desobedece quem tem juízo. Quer dizer, quando se trata de decisão desse tipo.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Bonaturra, primeiro, há um questionamento aí que V. Sa. está afirmando e eu não posso concordar.

Essa decisão de Governo é embasada num contrato feito e que tem consequências para ser rompido, assim como o pedágio que eu vi e V. Sa. garantia aqui que tinha que ser a nulidade do pedágio, que numa decisão de Justiça, pode inviabilizar toda economia do Estado do Paraná.

Pode ou não pode?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Esse é o caminho judicial, porque se decretada administrativamente é evidente que essa matéria será judicializada. É problema de enfoque, quer dizer, de centro da discussão.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Pode daqui a um tempo não ter mais Governo Requião governando o Estado e o novo Governo pagar uma dívida imensurável.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Claro, é evidente, mas num caso como esse, a sustação..., porque agora virá o argumento: “não, mas se a COPEL deixar”. Então, o que vai ser recomendado, porque agora se abriu um impasse, e que as cabeças pensantes da Assembléia, Líderes da Oposição, Líderes do Governo, o próprio Governador do Estado, quer dizer, que é o seguinte: a COPEL firmou esses termos aditivos, nesse caso aqui do pedágio, tudo tem consequência jurídica. A COPEL firmou e disse que não vai mais discutir o problema. Aí vem um estudo e demonstra. Que dizer, os leilões nacionais apontaram um valor. O valor na origem, porque isso é um absurdo. Até que se tivesse em desconformidade com os leilões nacionais recentes, pode surgir, às vezes você faz uma obra de uma mesma escola, ou de um centro de saúde, faz licitações no mesmo dia e dá preços diferentes, isso pode. Mas, estamos falando da mesma licitação, e dentro de uma média nacional. Diante de uma situação como essa, o Procurador Geral do Estado, nós vamos afigurar na ação popular, porque essa é uma questão. Na ação popular como réus estão, entre outros ex-governadores, ex-presidentes da COPEL, nessa circunstância, se válido esse raciocínio, o atual Governador e atuais dirigentes da COPEL teriam que figurar. Não, é um problema a ser resolvido pelas lideranças, pela alta inteligência política do Estado.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Mas, o Governador tem uma responsabilidade, que não pode...

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Agora, se parte do pressuposto que é respeitável, de que o contrato...

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Não, é discutir, negociar um contrato que era de quinze bilhões e meio para três bilhões. Ou ele tinha esse caminho ou ele rompia o contrato e depois ia arcar com as decisões. Se essa matéria viesse para a Assembléia e daqui tivesse saído o parecer, eu iria declarar o meu voto, para deixar nos Anais, porque eu não queria, depois de alguns anos, ser chamado à justiça para entregar a minha casinha lá, porque fui irresponsável numa decisão que pode, V. Sa. sabe muito melhor do que eu, é formado em Direito e professor na área, pode o Estado perder essa ação dos contratos. Tanto é que foi criticado pelos nossos

companheiros. E no caso do pedágio se não tomou uma posição de rompimento, também porque sabia que poderia entrar numa situação falimentar do Estado, uma decisão judicial.

Queria aproveitar para falar também só mais um ponto que não foi abordado por V. Sa. Quero inclusive aproveitar aqui, dizer que a licitação feita onde a PETROBRAS é uma das consorciadas junto com outros três grupos de consórcios de empresas, foi feito com uma licitação às claras, aberta e se fosse feita na maneira tradicional, a PETROBRAS ganharia sozinha, porque detém o asfalto e detém a tecnologia que ela trouxe da França, pondo asfalto muito mais barato do que qualquer empresa nacional. Se fosse, seria só a PETROBRAS. Para não incorrer num erro contra as empresas, foi feita uma licitação às claras e ganharam três grupos; foram formados grupos de consórcio.

V. Sa. deve tomar conhecimento logo dessa ação que está sendo tomada e que graças a ela o Estado do Paraná vai ter, só nessa ação, dois mil quilômetros de restauração da malha rodoviária do nosso Estado e fechando agora mais um contrato com dois mil quilômetros de asfalto urbano.

Agradeço os esclarecimentos e parabéns V. Sa. pela maneira sempre ética de conduzir o seu trabalho e a sua vida. Lamentar que tenha sido usado aqui pela Oposição, que não é sambista, mas gosta de fazer carnaval.

Agradeço e tenho certeza que esclarecemos e os documentos que V. Sa. vai nos deixar, nos balizará para as dúvidas que ainda com certeza pairarão, porque são muitas.

Muito obrigado.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, ilustre Procurador Luiz Henrique Bonaterra, é uma satisfação muito grande para esta Casa tê-lo aqui de volta, não como Deputado hoje, mas como Procurador que veio trazer mais uma vez uma contribuição muito grande a este Parlamento.

V. Sa., como um ilustre juriconsulto, vem aqui para nos dar lições e para contribuir de maneira inusitada para que a Assembléia possa realmente cumprir com o seu papel. A Oposição não está fazendo carnaval. Apenas temos o dever e, com ele o direito de procurar esclarecer situações em que pairam qualquer dúvida. Não tenho a menor dúvida de que V. Exa. aqui, hoje, presente veio trazer uma contribuição muito grande. Eu não esperava que V. Sa. viesse aqui para dizer que viu um ladrão, com pé-de-cabra na mão ou um maçarico roubando ou praticando qualquer tipo de roubo contra uma casa, contra o Tesouro do Estado, porque a prática hoje é outra. Não se pratica mais o roubo ou a pirataria de roubar-se o cofre do navio, da nau ou de quem quer que seja. São praticadas ações

pela omissão, negligência. São praticadas ações pelos sistemas eletrônicos de fraudar o povo, o erário.

Fiz uma consulta, ilustre Procurador, com o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos da Assembléia e gostaria de falar sobre essa consulta que fiz, apenas para colocar aqui alguns números para que as pessoas possam analisar na vida, no cotidiano de cada cidadão. V. Sa. disse aqui com relação à falta de licitações para o transporte intermunicipal. O povo vem sendo roubado, lesado no Paraná, em função de não se ter aqui a licitação, para na licitação obrigar as empresas a baixar o preço.

Para ilustrar isso que estou falando coletei alguns números. Transporte interestadual: Viação Cometa, Curitiba/São Paulo, terminal do Tietê, uma distância maior, 20 quilômetros do que Curitiba/Londrina: o ônibus convencional custa 38 reais, o convencional da Viação Garcia, custa 52,99. O senhor teve o seu tempo para falar.

Eu prefiro não ter que ficar me esticando para trás para responder aqui a verborroquia do nosso amigo, Deputado Stica. O leito para Londrina custa 94,32; o leito para São Paulo custa 85. Agora, vamos tratar de um transporte que não tem pedágio, para satisfazer o ego do ilustre parlamentar vamos tratar de avião -, para Londrina. Sem ou com pedágio, a GOL cobra 109 reais para Cascavel 109, reais, a Sulamericana cobre 151 reais, a Passaredo, para Londrina, sem ou com pedágio, cobra 90, enquanto o leito da Viação Garcia é de 94 reais!

Essa colocação muito clara, que é no Terminal do Tietê, que tem que se atravessar praticamente São Paulo, com mais de trinta quilômetros de transporte dentro da cidade, que é um transporte muito mais difícil do que o transporte em rodovia e a diferença chega à casa dos 25%, certamente porque o transporte interestadual é taxado pelo Governo Federal e o transporte estadual é taxado pelo Governo do Estado, que sem critério vem fazendo aumentos e mais aumentos, prejudicando sensivelmente a população do Paraná, em benefício das empresas que estão praticando esse transporte de maneira ilegal, porque já na Assembléia Constituinte Estadual foi tratado esse assunto e as licitações não foram feitas.

Com relação à auditoria do pedágio, o Tribunal de Contas tinha uma, que foi desprezada pelo atual Governo, que deixou de fora os rumos daquela auditoria e que gostaria de saber V. Sa. tem conhecimento dessa auditoria que o Tribunal de Contas havia realizado com relação ao pedágio?

Então, com o transporte coletivo era isso: o intermunicipal e o interestadual nós temos o comparativo, e V. Sa. poderá me dar as respostas.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Sobre essa auditoria do Tribunal de Contas não tenho conhecimento.

Como disse, Deputado Scarpellini, funcionei pela Advocacia Geral da União na questão do pedágio no

exercício de 2000 e na Procuradoria Geral do Estado há outros dois colegas destacados para essas funções, que devem ter, evidentemente, tido ciência dessa auditoria do Tribunal.

No entanto, o Tribunal de Contas do Estado exerce uma jurisdição sobre o Poder Executivo, que não pode pura e simplesmente ser desprezado, isto é, o Tribunal de Contas tem as condições institucionais, as prerrogativas de ditar comandos ao Poder Executivo e esses comandos podem ir desde impugnação de contas, passando por tomada de contas, passando por sanções pecuniárias, isto é, multas aos agentes que deixem injustificadamente de aplicar. Por exemplo, se uma auditoria contém um conjunto de recomendações e a autoridade administrativa as despreza, isso sujeita a autoridade administrativa omissa diante das recomendações a sanções de toda ordem, como rejeição de suas contas, enfim, as rejeições próprias que conhecemos.

Sobre os demais temas, V. Exa. quer dizer, transpôs para a área federal do transporte internacional e do transporte interestadual, que é de igual gravidade. Há uma orientação no âmbito federal, que concerne às novas linhas ou então àquelas linhas cujos contratos tenham sido extintos por razões as mais diversas, por exemplo, hoje - e esse é um comando, uma questão da qual quero e pretendo cuidar - todos os contratos na administração têm como pressuposto aquelas mesmas condições previstas na licitação, isto é, regularidade perante o INSS, Fundo de Garantia, Receita Federal, Receita Estadual e assim por diante. O que sucede muitas vezes é que a empresa inicia em situação de regularidade e no curso dos contratos perde essa condição.

Então, um dos cuidados que deve ter a administração, concerne a isso e essa é uma matéria, da qual pretendo me ocupar proximamente, isto é, a exigência que em todas essas contratações, independentemente da natureza, mesmo essas que vêm se prorrogando e protraindo no tempo, quer dizer, haja o pressuposto da plena regularidade perante as autoridades fazendárias, fundo de garantia, e assim por diante. Não sei se atendi às questões que V. Exa. apresentou.

Só há uma consideração, Deputado Stica, muitas vezes quando uma voz se levanta em um campo ou em outro, o Deputado Anibelli chegou a nível que isso teria implicações, quer dizer, no meu âmbito familiar. Minha esposa é uma figura destacada, filha de classe operária, mestra em sociologia, é professora de carreira do Estado, foi a primeira colocada no concurso da Universidade Estadual de Ponta Grossa, goza da confiança do Governador do Estado, do Secretário de Estado, que, aliás, já manifestaram absoluta independência e autonomia entre uma questão e outra, isto é, as matérias que aqui trago foram matérias que trouxe a Parlamentar e trouxe, quer dizer, também a agentes de Estado.

De modo que há uma questão que é Esquerda, muitos anos a Esquerda e a Direita cometeram o mesmo delito, a Esquerda não denuncia os campos de concentra-

ção havidos no campo da cortina, porque isso poderia favorecer as forças imperialistas; e a Direita não denuncia as torturas e mortes havidas sob os regimes militares no CONSUL, porque isso poderia favorecer a Esquerda comunista. E aí se cria, um pacto absoluto de silêncio em que quer dizer: Ah! Não vou denunciar, não vou reclamar, não vou apresentar ou realizar o meu trabalho, porque isso pode favorecer a Bancada de Oposição ou a Bancada de Governo.

E aliás, aqui, Sr. Presidente, me permita, se criou um consenso na Casa: todos contra o Procurador, isto é, o Procurador, em verdade, criou um consenso contra ele. Por quê? Porque a minha atividade não é uma atividade para realizar novos amigos.

Quando assumi a Fazenda Nacional, no primeiro dia, no café, dizia ao meu filho: meu filho, a partir de hoje o seu pai é um homem mau, isto é, eu tenho uma função de cobrar impostos, eu tenho uma função de reclamar tributos, eu tenho uma função de representar, eu tenho uma função, enfim, de reclamar, de protestar e mandar para a polícia.

É uma função difícil, não é uma função simpática essa minha. Agora, isso não me exime dos deveres que são os deveres de proporção, de medida, de ponderação que procurei manter ao longo desses debates aqui.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu gostaria que V. Sa. pudesse esclarecer, porque ficou uma dúvida com relação a valores do contrato da COPEL com a CIEN. Quando foi feito o primeiro contrato? Quando foi feito depois o aditivo? Qual era o valor do primeiro contrato? Como é que ficou depois? E qual era realmente o preço da energia em uma época e em outra quando foi feita essa nova renegociação?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Pois não. Essa diferença, Deputado Stica, não é possível porque o valor global - não, o Deputado Stica levantava em quinze bilhões, tinha uma redução de treze bilhões, isto é mais, é quase duas vezes o valor dos contratos originais, porque os contratos originais com todas as cláusulas três bilhões de dólares. Ora, o parecer relata: "Valor estimado dos contratos, três bilhões de dólares". Se tomasse o dólar a uma cotação de três, para ficar mais fácil o cálculo, dá nove bilhões.

Então, evidentemente o Governo atual não poderia ter reduzido doze.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Reduziria um valor maior...

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Quer dizer, ficaria negativo, a CIEN estaria pagando hoje ao Governo. Então essa é uma hipótese que não existe. A situação que interessa para compreender é a seguinte: Houve uma licitação lá na origem, exumada, retirada lá - do porque quando nós solicitamos as infor-

mações em 2003, não houve notícia dessa licitação, nenhuma, só agora, quer dizer, quando da retomada do procedimento no início deste ano é que a COPEL apresentou essa licitação: "Não, houve uma licitação da ANEEL, realizada pela ANEEL, em 1997". Preço máximo naquela licitação, R\$ 34,00 o mWh. Os contratos originais, no Governo Lerner, estavam com o preço de 113 o mWh, na renegociação agora, de 113 baixaram para 94,75, portanto, inequivocadamente houve um ganho, isto é, de 113 baixou-se para 94, é um ganho! No entanto é um ganho aparente, é uma prestidigitação, é técnica de ilusionismo, isto é, estamos diante de uma fraude de superfaturamento: Reduz um pouco, porque assim dá uma satisfação à opinião pública! Aí o que nós vamos ter é, na verdade, uma soma do ilícito anterior contido nos contratos originalmente firmados, mais o ilícito após os termos aditivos. Aí os prejuízos, seja qual for o exame que se faça, seja tomando em contra a licitação da ANEEL, em 97, seja tomando em conta os novos leilões, os prejuízos são enormíssimos, são extraordinários! Quer dizer, então, irresponsabilidade gravíssima, derrubaria um Presidente ou um Governador em qualquer lugar do mundo, porque nós estamos falando em bilhões!

Ausência de licitação no sistema de transporte coletivo, qual é o valor total das passagens? Um bilhão e meio! Sem licitação? Então quais são as diferenças que nós temos? Os novos leilões elegeram... olhem o prejuízo, olhem o prejuízo! Mas eu vou atrás desse contrato até o sétimo círculo do inferno! Como eu derrubei a direção toda da TELEPAR eu vou derrubar este contrato e todos os que nele concorreram! Esse é o fato: é quase um bilhão subtraído dos cofres, direto, do meu dneheiro, do seu, do dinheiro de cada um dos paranaenses! Essa questão do transporte é a mesma coisa, não é possível!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu só quero que o senhor me fale um número: de 107 baixou para 97 e o preço da COPEL, na licitação da ANEEL, foi de...

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

57, que é a média, aliás conhecida. Interessante, o preço da COPEL foi o da média nacional, isto é verdade, várias companhias ofertando energia a 57. Mas, 57, quando? Em dezembro de 2004!

Portanto, o prejuízo é maior do que este! Até tomei o cuidado de não fazer índices e idas e vindas para evitar confusão, mas a situação é a seguinte: o preço dado pela COPEL- Geração e que é o preço médio de todas as companhias de geração de energia era, em dezembro de 2004, de R4 57,00 o mWh, e aqui se apresenta como um grande procedimento de renegociação R\$ 95,00 o mWh...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Quer dizer que ficou quase o dobro?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

É, quase o dobro, atualizado dá o dobro, é o dobro! E o prejuízo é este.

E há ainda estas questões, estas cláusulas aqui, imaginem: havia uma licitação na origem que era a licitação da ANEEL.

Qual era o objetivo? Era o de contratar uma companhia que realizasse a construção e instalação dos sistemas todos de transmissão de energia. Esse era o objeto da licitação, aí, neste termo aditivo: “Nós baixamos de 113 para 95.” Mas aí introduzem lá umas disposições especiais, cláusulas, dizendo o seguinte coisas estranhíssimas como esta aqui: “Pagamento a título de encargo de uso do sistema de transmissão”. Mas isso é o contrato? Isso não é o próprio contrato? 8 milhões e 588, este é num, noutro também 8 e 588, qual empresário, em nome de sua própria empresa faria isto? Isto aqui só pode ser feito... quer dizer, não é possível!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Dr. Bonaterra, a questão da Bandeirantes e da Dragaport, lá em Paranaguá, o senhor tem alguma coisa concreta sobre superfaturamento dessas empresas?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Com certeza, se a investigação incidir desde a origem em todos os contratos de Portos no País vai se chegar a sobrepreço que é decorrente de cartel. Há um cartel!

Quer dizer, como é possível não haver sobrepreço, se estão aqui dados oficiais, em todos os Portos do País há uma alternância Dragaport e Bandeirantes? São duas empresa apenas que se alternam! No Porto de Rio Grande, uma dava cobertura à outra, ela estava aqui mas dava cobertura à outra lá.

Aliás essa questão é tão grave Sr. Presidente, que eu levei - porque uma coisa é dizer outra coisa é ir - como fui ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sustentei e obtive pela unanimidade dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul do seu segundo grupo de Câmaras a remessa do inteiro teor dos autos ao Ministério Público, porque isso é caso de polícia! É caso de polícia do Rio Grande, como é caso de polícia em qualquer porto do País! E em Paranaguá também!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

O senhor levou essa matéria?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONATURRA

Sim. Ela está aqui, noticiada no parecer que é a relativa à concessão dos serviços públicos. Quando falamos de transporte, afirmei e reafirmei, são todos os serviços públicos excetuado o pedágio que é objeto de um procedimento próprio em que há licitações, de caráter discutível, mas há.

Mas, neste caso do Porto, é matéria daquele parecer de cento e tantas laudas, isto é a notícia que havia a compra ou o projeto de compra de uma draga própria,

que havia uma cartelização da matéria, que era matéria a ser remetida ao Ministério Público Federal e Estadual. E aqui, quando acompanhei o meu constituinte na CPI do Porto, que está ainda em curso, expressamente havia o requerimento de remessa dessa matéria ao Ministério Público. Porque, se examinar esse tema, não há nenhuma dúvida, todos esses contratos no sistema portuário apresentam esse vício, que é o da cartelização.

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme o Regimento desta Casa está encerrada a Sessão.

Mas como há Requerimento nº 584 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente pedindo a prorrogação por mais uma hora, eu submeto à votação do Plenário.

Deputados que aprovam requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Verificação de votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao nobre Deputado Waldir Leite que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO

(**Procede à Chamada Nominal**)

Sr. Presidente, doze Deputados estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há quórum para votação do requerimento. **Fica prejudicado o requerimento de autoria do Deputado Dobrandino da Silva.**

Requerimento nº 569, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, solicitando seja registrado na Ata da presente Sessão a alteração do nome civil deste Parlamentar, de Paulo Campos para Paulo Valêncio Campos, comunicando que não haverá alteração no nome Parlamentar. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 572, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a prorrogação por mais uma hora do prazo previsto no parágrafo 1º do artigo 99 do Regimento Interno, para que

o Procurador de Estado convocado possa concluir seus esclarecimentos nesta Casa. **Não recebido.**

Agradecemos a presença do Procurador Bonaterra. E conforme entendimento com o Procurador, ele encaminhará toda a documentação à Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa.

Ordem do Dia da próxima Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 018/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 600/2003, 239/2004, 065 e 110/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 006/2005

Levanta-se a Sessão.